



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

ATA DE INTEIRO TEOR (Transcrição Integral)

Reunião Ordinária de 2023

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH

18 de dezembro de 2023

**Auditório do CONSEMA,
Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345, Prédio 6 – São Paulo
(sede da SEMIL)**

Taquígrafo Dartan Gravina

**ipsis verbis, assim como foi dito.*

César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CRH –
Bom dia a todos. É importante essa reunião, também por ser
presencial. Boas vindas, desejo excelente reunião para todos.

Natália Resende - Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL
– Bom dia a todos, agradeço as presenças. Iniciando então os
trabalhos com a pauta de hoje.

Evaldo Azevedo - Claro das obrigações de possibilidades relacionadas à
quantidade, a qualidade dos recursos hídricos e na gestão de
recursos de resíduos sólidos para as cooperativas. Melhorar a
eficiência das operações, a qualidade dos materiais reciclados e a
sua sustentabilidade econômica financeira. Ajustar as cooperativas
tem que saber andar sozinha, tem que deixar de lado a necessidade
do município está ajudando essas cooperativas de algum momento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

ela vai ter que trabalhar sozinha e vivendo dos materiais e dos serviços que ela presta. E para os cooperados, melhoria nas condições de trabalho, na eficiência da coleta seletiva e na promoção da inclusão social. É um projeto abrangendo os gestores municipais, as cooperativas e os cooperados. Esse é o projeto número 1 e esse outro são para revisão do Plano Estadual de resíduos sólidos, o Plano estadual. Ele foi desenvolvido em 2016, foi revisado em 2020 e a cada quatro anos. Ele carece de uma revisão para se atualizar e ter as duas metas restabelecidas e recicladas se for o caso. Na última revisão, em 2020, isso foi conforme a política nacional de resíduos sólidos, da lei 12305, de 2010. É, é no último plano, em 2020, quando ele foi revisado. Não, nós não tínhamos ainda o planares são as novas metas do plano nacional de resíduos sólido e tão pouco os planos de ação climática. Então, essa revisão prevê a inserção das metas que os que o planares desenvolveu e que o próprio plano de ação climática também desenvolveu. A proposta da revisão começa com um diagnóstico, análise da viabilidade das metas não iniciadas, ou seja, nós temos hoje no plano revisado 48 metas e para 2025, apenas oito metas que deveriam estar já implementadas. Dessas 8, 7 metas, já implementamos faltando uma só e o restante das metas, divididas em 2030 e 2035. São que são metas que podem ser revisadas e trazer um pouquinho mais para a atualidade. Então, de uma análise, da viabilidade de das metas não iniciadas, os estudos da necessidade de inserção, supressão e adequação de outras metas ou até mesmo das metas atuais, uma proposta de concepção do novo plano estadual, com país temático, audiências públicas para contribuições e validação de informações e oficinas de validação. É proposta para o plano realizada nos comitês de bacia. O último plano, partiu muito de São Paulo para o interior. No próximo plano, pretende fazer isso, que ele venha do interior para São Paulo tem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

uma condição muito pequena de conhecimento de como é feita a gestão de resíduos no interior, então com essas ações, com essas oficinas feitas nos comitês de bacia, espera que essa informação venha mais do interior para a capital e consiga assim desenvolver um plano um pouco mais centrado na realidade do estado. A proposta metodológica para esta revisão prevê um diagnóstico de resíduos sólidos, a caracterização socioeconômica ambiental no estado, áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos, planejamento da gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas por posição de normas e diretrizes para a gestão ambientalmente adequada dos resíduos, medidas a serem aplicadas nas bacias hidrográficas objeto de recuperação em razão da disposição inadequada de resíduos sólidos, metas para a gestão de resíduos, programas, projetos e sistemática de acompanhamento e controle. Depois do plano revisado, o projeto de mobilização social e divulgação. Prevê oficinas destinadas aos técnicos de órgãos estaduais sobre a legislação, não só estaduais, municipais, também dos comitês de bacia sobre a legislação relativa a resíduos sólidos e suas implicações na gestão dos resíduos e recursos hídricos. Apresentação das proposições, revalidação do plano, divulgação do plano e, por fim, a validação do panorama de resíduos no estado. O levantamento de sugestões para soluções e problemas encontrados. O plano vai ser desenvolvido em quatro fases. A primeira delas prevê a análise estratégica, disfunções do plano estadual, medidas de não realinhamento metodológico e de conteúdo, aberturas para produtos novos, PPS, autossustentação econômica e financeira. O que é importantíssimo nos contratos de gestão de resíduos que tem a autossustentação econômica é condição para que eles existam. Por uma fase segunda, adequação do arcabouço jurídico organizacional de gestão por uma fase terceira capacitação e instrumentalização para o exercício das análises, prospectores e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

demais segmentos, incluindo os recursos hídricos que não tinha uma previsão. Tinha só o planares, mas sem ações específicas e na fase quatro, compromisso com a continuidade das ações de hoje. Estão a operacionalização do plano pós, a elaboração e a sua definida aprovação pelas audiências públicas. Próximos passos aqui para o Plano Estadual ajustar o conceito metodológico, definir o processo licitatório, finalizar o termo de referência, elaborar os quantitativos. Edital num custo aproximado de 5000570, por uma previsão de execução em oito meses. No plano estadual, ele se encerra a última revisão em dois em outubro de 2020. Se conseguir fazer isso antes de outubro de 2020, muito bem, se não, nós vamos ter que criar as condições de justificativas por não fazer. Não é isso. Obrigado. Estou à disposição de vocês.

Cesar Louvison - Obrigado, Evaldo. Alguma questão, senhores conselheiros?

Evaldo Azevedo - Do projeto é, estamos finalizando o termo de referência, isso eu vou ter que passar para core, para o próprio comitê. O comitê pode repassar para todos, inclusive, não é a versão definitiva. Se tiver alguma consideração a ser inserida, é um momento. Inclusive, é esse a está OK? Muito obrigado.

Ester Fecche Guimarães, AESABESP - Bom dia tenho uma ideia. É, é só um. É uma complementação, talvez esteja bom dia a todos, e todas presentes é que eu gostaria de fazer uma contribuição. O primeiro objeto que você fez apresentação está muito bom. Na parte do arcabouço regulatório, partindo lá, a política nacional de resíduos sólidos. Mas eu não vi citar ali. É um Marco regulatório do



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

saneamento, então acho que é somente para vocês verificarem porque talvez esteja no detalhado, mas aqui no objeto não está.

Evaldo Azevedo - Eu, eu acho que eu não li. Eu acho que ele está lá registrado, mas de qualquer forma, o do Marco do saneamento é condição para que ele seja desenvolvido. Se não tiver, eu peço desculpas. Para atualizar na apresentação que vai ser disposta para vocês. Obrigado.

Neiroberto Silva, CREA-SP - Eu só queria fazer uma questão com relação na fase de diagnóstico está contemplado ou gravimetria?

Evaldo Azevedo - Tudo de gravimetria, eu posso fazer uma confissão para vocês quando eu estava no município de São Paulo, procurou um instituto famoso para fazer o estudo de gravimetria dos resíduos do estado de São Paulo e o instituto me disse que não tinha por onde começar, que não sabia por onde começar. Porque você tem gravimetria de resíduos que saem dos rios, gravimetria dos resíduos que saem dos mares, gravimetria dos resíduos domiciliares, gravimetria dos resíduos de varrição. É um trabalho custoso, muito custoso, que vai utilizar é o único, conhecido que está previsto na política nacional de resíduos sólidos. Lá teve um estudo de gravimetria aonde aproximadamente 54% dos resíduos gerados no país são resíduos orgânicos, passíveis de compostagem e melhor separação. Porque dentro desse material, desses 54% ainda existe, aproximadamente 30% de recicláveis contaminados. Então não, não tem a previsão de se fazer um estudo de gravimetria vai utilizar o estudo já disponível pelo, pela própria política nacional de resíduos sólidos.

Hélio Suleiman diretor presidente da FABATH - Bom dia a todos e todas. Evaldo, não sei se você já teve acesso ao nosso material do plano regional do Alto Tietê, ele está bem robusto porque ele foi feito a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

gravimetria. Secretária por sub bacia pelos seis sub bacias e nós já fizemos audiências, entre aspas, audiência pública, então, foi feita a gravimetria. Que a região metropolitana do alto Tietê, que representa 46% do resíduo sólido e já tem esse material, já está disponível para quem quiser ter acesso e interesse. Está disponível no site da FABAT e até esse material está disponível lá.

Evaldo - Está bom, obrigado Hélio vai utilizar, sem dúvida.

Alexandra Faccioli Martins, MP - Bom dia a todos. Alessandra Faccioli Martins, representante do Ministério público de São Paulo, eu gostaria de fazer alguns questionamentos em relação aos projetos e, na verdade, também antecipadamente. O pedido sou eu senti um pouco de falta para ser sincera e acompanhamento, como no item da deliberação que tem o item cinco dos anexos correspondentes a cada um desses projetos. Eu acho que se nós recebêssemos antecipadamente, no que consistem esses projetos, nós poderíamos também contribuir de uma forma mais positiva. Também faria a sugestão de um maior detalhamento. Desculpa, tenho acompanhado o trabalho da CETESB em relação à ampliação do monitoramento de qualidade e assim como a CETESB em relação ao âmbito estadual, no regional, nós também temos uma série de ações no tocante à ampliação e ao aprimoramento da gestão. Então, é importante que esse projeto venha especificando é no que consiste justamente a implantação desses novos pontos, a fim de que haja que não haja colidência com as outras ações que estão se dando no âmbito regional. Da mesma forma em relação a sistemas, integração de dados, porque realmente nós arriscamos ter relação e atuações paralelas. É, eu acho que daria maior segurança e transparência, portanto, a todos que, além das apresentações, então fossem incluídos os anexos nos próximos períodos. Também gostaria de sugerir que essas apresentações integrem efetivamente, é a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

exposição No próprio site do conselho de recursos hídricos. Porque houve a menção na ata, diversas apresentações realizadas na reunião anterior, mas essas a essas apresentações também não estão disponibilizadas. É mencionado, por exemplo, link no final da apresentação, mas é acaba faltando. Portanto, essa possibilidade de acesso até mesmo para aqueles que não participaram e até para a difusão das informações que são aqui divulgadas é em relação à questão dos resíduos. Evaldo gostaria de questionar e fazer uma sugestão, que me preocupou bastante. Quando eu vi a questão da capacitação é e do Plano Estadual são medidas, sem dúvida, importantíssimas. É, no entanto, nós estamos atuando nas regiões metropolitanas com uma preocupação bastante importante em relação à necessidade de continuidade dos planos regionais. Vocês já trabalhavam nessa linha e eu não vi na verdade, nenhuma ação referente a essa situação, então me parece que seria imprescindível, porque não basta à capacitação, principalmente num ano lá em 2024, em que nós temos uma troca muito grande de gestores, não é? Estamos num ano eleitoral e vocês muitas vezes isso acaba acontecendo. Ocorre a capacitação e são muitas desses técnicos que participam, acabam deixando por não serem do quadro efetivo, então é nesse além do plano regional. É isso, até nós temos discutido bastante com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nas câmaras técnicas e tem sido uma demanda de todos os municípios. Eu acho que seria importante também o estado pensar na questão é do apoio à revisão dos planos municipais de saneamento básico nos dois componentes, que acabaram ficando de fora por conta do termo de convênio SEMIL/ARSESP, foram feitas as revisões dos planos municipais de saneamento básico apenas em relação à água esgoto em relação aqueles municípios que são, é de concessão que tem a delegação para a CESP, mas esses mesmos municípios, que contavam muitas vezes com recursos do FEHIDRO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

para realizar sua revisão, nós estamos cobrando e eles nos respondem. Olha, fizemos o convênio e o único que aspecto que nos foi tratado foi esse. Nós só que cobramos porque a revisão do plano municipal em relação aos quatro componentes e acabaram ficando de fora a questão dos resíduos sólidos e da drenagem urbana. Então, até eu questionaria. Não seria só propriamente a você, mas se possível e até a doutora Natália, por gentileza, ou doutora Samanta, se existe uma perspectiva, talvez, de contribuir com alguma questão, algum recurso do FEHIDRO também para esse componente, especialmente na questão da drenagem, porque esse termo de referência acabou ficando realmente bastante parcial, então, muito obrigada.

Evaldo Azevedo - respondendo, com referência aos agentes municipais. Eu esqueci de falar, mas é uma premissa nossa, tentar. Sabemos da dificuldade dos municípios e em ter responsáveis na área de resíduos sólidos em cada um dos seus municípios e que essa pessoa seja um efetivo público é difícil, mas a capacitação é voltada para este efetivo público no município que não tiver o efetivo, vai trabalhar com a pessoa que está lá, provavelmente comissionada, para tomar conta do assunto. Mas a intenção é trabalhar com efetivo público para que esta capacitação permaneça dentro e apropriada dentro da prefeitura. Com referência aos planos municipais de gestão de resíduos. A secretária vai falar de um projeto que está desenvolvendo e que no desenvolvimento deste projeto ele já vai ser entregue para os municípios que aderirem ao projeto. Então vai uma resposta com referência aos planos de gestão de resíduos.

Natália Resende – Bom, só indo na ordem do que você falou. A questão de disponibilizar 100%. Então vamos colocar inclusive na ata para sempre disponibilizar as apresentações, deixar tudo muito



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

transparente e acho que é uma coisa que tem que evoluir. Sim, está aqui em relação à documentação. Eu tenho aqui na Secretaria como um todo, batido muito nessa questão de instrução processual. Então é tudo tenta fazer de uma forma muito instruída, processualista para transparência também. Então acho que está melhorando, sabe? Nesse aspecto, tanto com a chegada do SEI para mim, facilitou para mim, particularmente facilitou muito também, porque pelo menos consegue ficar mais integrado aqui dentro do governo e dar essa transparência para fora não é? Está melhorando, nosso site, enfim, tem uma série de iniciativas aqui para essa questão de transparência. Eu concordo 100% em relação ao que ao conselho vão colocar tudo o que precisar, coloca apresentação, encaminha detalhamento. Acho que intenção é passar sempre para expor um escrutínio público mesmo para conseguir melhorar. Então, em relação a isso, e se faltar alguma coisa, fala que também coloca. O que veio? Veio trabalhando ao longo desse ano que era para lançar até esse mês. Mas como quer que o próprio governador também participe pela importância, acabou ficando para o próximo ano para janeiro. É um programa muito parecido com universaliza. Eu acho que tive até a oportunidade de comentar em algumas das reuniões que fez com o pessoal do Ema, fazer também em relação a resíduos, porque muitas vezes olha o saneamento básico e não olha essa perna aqui, que é uma das pernas das mais importantes, que é de resíduos sólidos. Então a água, esgoto, drenagem e resíduos para água, esgoto, vai falar um pouquinho da SABESP depois e com universaliza, junto é em relação a resíduos está indo muito também nessa lógica de fomentar a regionalização, inclusive já conversando com alguns consórcios. Eles têm procurado e quer caminhar muito nessa linha e dentro dele vai fazer um decreto, está mais ou menos na mesma lógica. Só que a regionalização é diferente, não é? O da água esgota a regionalização de residuo é um pouco diferente, mas a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

lógica do programa, de que de promover assistência técnica para os municípios junto com eles, desde o início até o fim, para ver qual a melhor modelagem. O que é uma PPP? É uma regionalização com só, enfim, e quer fazer isso de uma forma. É olhando muito também os consórcios e o produto disso também vai ser o plano. É um plano regional, vai estar aqui junto. É um dos produtos que queremos. Lógico que também vai precisar da participação dos municípios e dos consórcios, então também quer fazer da mesma forma que fez, para o universaliza e nos conselhos, falar, contar com apoio de todo mundo, conseguir engajar o pessoal e uma coisa que aqui também tem que ficar atenta nas capacitações nesse outro produto é de tudo, conversar e de não ter duplicidade e não ter descasamento. Tenho muita preocupação em relação a isso, tanto que a questão do íntegra Tietê foi, por isso, vamos sentar aqui todo mundo na mesma mesa. Vamos seguir o mesmo caminho, porque já é difícil se andar em paralelo, fica mais ainda. Então nessa parte de resíduos, está tendo essa preocupação de olhar sempre um mesmo norte e atuando para esse, complementando. E se vocês virem alguma ação dissociada, fala porque casa de novo? Mas a lógica é essa, está bom.

Cesar Louvison - Dra. Alexandra, eu queria só fazer uma observação, normalmente colocamos todos os documentos estão disponíveis da reunião anterior, me parece, deve ter havido algum problema no site e eles não estão realmente. Acabou de verificar lá, mas normalmente coloca e vamos ficar bem e atento a isso pode ficar tranquilo só um minuto, por favor.

Marcelo Manara - prefeitura de São José dos Campos - Oi, está me ouvindo? Representando o prefeito Anderson Caldas de São José dos Campos, secretária Natalia, secretária Samanta. É um prazer estar aqui. Para mim, é uma honra estar voltando para essa sala que tive



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

participação no CONSEMA por quatro anos, não é? A minha questão é com relação aos projetos da CETESB, em que é do ponto de vista dos municípios, como nós não conhecemos o detalhamento que depois vai para o CORE. Do termo de referência desses projetos. Gostaria de saber, e se for possível incluir um momento, porque são ações bastantes técnicas, são investimentos em estações. E então tem uma linguagem. Nitidamente, muito tecnicista e importante, não é se for possível, incluir é um desdobramento desses projetos para a uma aproximação dos municípios e digo por que é estou secretário municipal há sete anos. Em nenhum momento tivemos uma experiência da CETESB. É por alguma articulação por algum projeto associado a essas estações essa modernização. E como colocado aqui na apresentação, essa grande expertise, essa grande referência. Aqui a CETESB é no cenário brasileiro e da América Latina ao município não ter essa certeza é uma relação muito reativa com o município. Esses projetos para que o município possa entender melhor da qualidade dos recursos hídricos. Então, ter com uma linguagem no desdobramento desses esforços de aprimoramento técnico de todas que está previsto nessas três frentes aqui é de ter essa linguagem. Porque com os municípios, para que os municípios possam se apropriar de informações e dicas e CETESB possam estar mais próximos, para que nós possamos nos municípios desenvolver trabalhos objetivando a qualidade dos recursos hídricos, municípios ali, aqueles, principalmente os rios e córregos urbanos, em que sentimos uma distância muito grande da CETESB, que não é altamente equipada, altamente qualificada, mas venha conversar. Eu acho que, como no termo de referência, caberia algum mecanismo de linguagem mais assertivo, mais proativo dessas estações, colocando esse acervo de informações para conversar com os municípios e também na questão da revisão dos planos de resíduos, da revisão do Plano Estadual vou à linha do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

que a doutora Alexandra já colocou em que é, é importante porque o Ministério público tem nos cobrado a revisão do plano municipal de resíduos de São José dos Campos. Estaremos com uma expectativa muito grande. Doutora Natália nesse anúncio para poder, melhor planejar os esforços, porque nós já estamos compondo equipe. Nós já estamos fazendo o termo de referência e algumas coisas, não é? Então, nós vamos aguardar esse lançamento em janeiro para poder verificar para os municípios da bacia do Paraíba do Sul qual é a melhor estratégia. O ideal seria que nós tivéssemos esse esforço que foi feito no nos planos municipais de saneamento, abordando tão somente água e esgoto que nós tivéssemos esse pacote oferecido aos municípios é com relação aos planos municipais de resíduos sólidos. Obrigado.

Natália Resende - Só complementar o que você falou em relação a essa parte de conscientização, educação. Acho que pode até ver, seja CETESB. Não sei se não sei se nem se tem de referência específica. Xavier, Carol, mas talvez venha até com Tomás. Como consegue? É unir esforços, das iniciativas que a CETESB está fazendo com que está fazendo na parte de educação ambiental também está fazendo muita coisa que melhorou o nosso portal de educação ambiental. Em outubro, toda semana tem um podcast que está colocando e tentando difundir por rádios para alcançar o interior. Também é nessa linha, sabe de tentar aproximar a sociedade das políticas públicas que vem fazendo e muito de conscientização. Não é de falar assim, poxa, poluição do Tietê, 40% é contra, é poluição difusa. O que significa isso? Como pode caminhar junto? E está fazendo uma série de capacitações também. Seja que via Secretaria, seja essa tese, também tem a escola, mas eu acho que talvez possa íntegra, então, melhor não chamar os municípios, ver como consegue difundir isso mais está com uma série de iniciativas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

aqui também, para além do próprio termo, e disse que você falou que é super importante. Depois pode sentar e falar com calma também da desses outros pontos, está bom?

Conselheiro não se apresentou ao fazer uso da palavra - Isso aqui, trazer uma brevíssima contribuição é um pouco na linha do esforço que vem sendo realizado na integração das regiões metropolitanas. E é com ela agradecer muito a parceria desenvolvida ao longo do ano é entre a SEMIL e a Secretaria de desenvolvimento urbano e habitacional. Tornou-nos muito claro para os municípios. Estamos falando em 252 municípios distribuídos em nove regiões metropolitanas de uma aglomeração urbana. Quer de Franca é próximo de 85% da população concentrada nestas regiões metropolitanas. E uma preocupação é muito, é objetiva não só do quadro de prefeitos que se reúnem no conselho, mas em todas as câmaras técnicas temáticas de gestão ambiental, de saneamento. Drenagem é não tem uma das regiões que não escolheu um projeto estratégico. Então, quando você chega ao Jundiaí, o vale do Jundiaí passou a ser o projeto estratégico daquele conjunto de sete municípios. Quando você vai a Piracicaba a questão de drenagem do Corumbataí foi definido pelo conjunto de prefeitos mais secretários como aquilo que a lança, os principais esforços, num esforço também daquele território, de chegar ao geoparque. Quando olha para Sorocaba, Sorocaba apresenta uma proposta é para a FAPESP de PPP, portanto, financiamento de pesquisa acadêmica para aquilo que é a segurança hídrica. Então, todas às vezes que observam um pouquinho os esforços dos prefeitos, dos secretários e técnicos que se reúnem nas câmaras temáticas de gestão ambiental, vão ficando claro o esforço realizado ao longo dos últimos 20,25 anos de organização. Das agências de bacia, e elas acabam estruturando muito daquilo que hoje estrutura o modelo metropolitano. Então,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

quando você olha para esse ano de tentativa de resgate da organização metropolitana, ela vai se assentando de maneira muito organizada naquilo que foi o aprendizado de governança da nossa rede de bacias. Então isso é um pouco para contar do outro lado, de quem está colhendo os benefícios de uma governança a partir das águas. Muito daquilo que as regiões metropolitanas têm conseguido ganhar de solidez, vem de um trabalho. É que começou lá com as leis específicas, mas só é possível enxergar uma governança metropolitana quando você enxerga as águas. Então trazer isso porque foi a partir desse ano que de fato conseguiu é destravar algumas ações dentro dos conselhos, mas reconhece de maneira muito objetiva que não fosse esse aprendizado de governança das águas, não teria condição de estruturar as regiões metropolitanas. Então, fazer um reconhecimento e colocar a disposição que tem tido de organização, sim, de desenvolvimento urbano. A partir dessa capacidade de governança, que águas nos deram.

Secretária Natália Resende - Posso só responder um pouco sobre os projetos? A CETESB só lembrando que a CETESB, ela tem uma interação bastante grande com os comitês de bacia. Temos as agências, no caso tem, não temos até um acordo de cooperação com AGEVAP. Quer dizer que tudo que é sendo tudo o que é, se que se discute sobre ampliação de rede, melhoria diagnóstica, nós temos realmente essa conversa bastante alinhada. Quer dizer que os municípios poderiam fazer? Essa é também essa conversa junto conosco dentro da agência de bacia. Quer dizer que tudo o que ampliará lógico, tem que ter essa discussão mesmo para melhor entender. Porque só quem está na localização consegue ter essa visão um pouco mais apurada, não é? Temos também já alguns projetos junto com AGEVAP, assinados também de ampliação de rede de implantação de estações automáticas. Quer dizer que lógico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

isso não é distância do que está apresentando aqui. Lógico, vai deixar pronto. Esse projeto apresentará até quais são, qual é o escopo dele total? Mas tenha certeza que tem essa realmente essa com essa conversa. E outra coisa é que essa tese de identificou realmente. Temos uma dificuldade de comunicação com a sociedade, não é a parte técnica. Acho que consegue explicitar muito fácil para o povo acadêmico. Eles conseguem ter um entendimento bastante apurado sobre a sobre o nosso trabalho que nós publicamos. Mas vimos que realmente tem um gap entre o que é o técnico e o que realmente a sociedade precisa de informação, isso já foi identificado. Nós temos alguns projetos na própria CETESB sobre isso. Já temos já tudo alinhado e pretendemos nos próximos anos conseguir realmente transmitir essa importante informação ao público e mesmo para mostrar quem é a CETESB. Porque até uma brincadeira na casa. Muito é identificam a CETESB quando, como sendo uma SABESP. São órgãos distintos, cada um com a sua responsabilidade e vemos que falta realmente esse entendimento com o importante e o que é a CETESB faz para a sociedade. E temos que nos próximos tempos consigamos fecha essa lacuna.

Cesar Louvison - Obrigado, Sofia. Conselheiro Rui, por favor.

Rui Brasil Assis - Rotary International - Bom dia a todos. Bom dia, secretária. Muito feliz em vê-la aqui, no conselho e senhores, conselheiros, conselheiros. Uma brevíssima observação, os projetos foram colocados é, de fato, são temas todos relevantes. E temos esse ano um ano atípico, em que o CORE terá oportunidade por meio da CETESB, da coordenadoria de saneamento, de aplicar 25000000. Isso não é comum. É mais do que às vezes o orçamento da competição financeiro de um de um ano, mas eu senti certa falta. Temos todos os escopos são relevantes na área de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

monitoramento da qualidade e na área de resíduos sólidos. Mas eu senti falta de algo de empreendimentos voltados à gestão de recursos hídricos. Não é porque ficou em resíduos em resíduo sólido e na parte de qualidade, OK, é inegável. A interface e o Evaldo Azevedo assinalaram muito bem a interface com recurso hídrico está previsto, mas é, evidentemente, a demanda na área de resíduos sólidos, saneamento, elas serão sempre crescentes e talvez o FEHIDRO não dê conta, não é? Então fica aqui uma sugestão, a secretária deve saber muito bem, existe no papel um fundo Estadual de saneamento, mas que nunca foi regulamentado. Talvez seja no par, é isso é de quase 30 anos e o problema sempre foi, qual é a fonte de recurso? Não é? E não adianta ter um fundo se não tem uma fonte de recurso, mas acho que com umas demandas, digamos, e agora que estás trabalhando de fato, na nas quatro Vertentes do saneamento as demandas serão sempre crescentes. E na linha da política pública o FEHIDRO é o único fundo que tem uma fonte. Mas é, eu acho que ele não dá conta de tudo isso, então fica a sugestão.

Cesar Louvison - Obrigado conselheiro. Agradecer as palavras do conselheiro Rui, professor César.

Antonio Cezar Leal - UNESP. - Obrigado, César. Então é rapidamente é em relação à gravimetria, nós terminamos agora, estamos revisando de 13 municípios do Oeste Paulista. Quanto ao ser sobre, então estará à disposição do senhor, não é? O resultado não é? É em relação aos planos a revisão do plano. Fizemos também do comitê do Rio Paranapanema. É uma atualização e, com a agência nacional de águas e os comitês parceiros, é concentramos os esforços em revisar as ações. Não é, então, menos um diagnóstico, menos tempo em prognóstico e mais esforço em nas ações para os próximos cinco anos. Talvez ficasse também uma sugestão, porque



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

se gasta um tempo precioso, recurso, muitas vezes retomando o diagnóstico já feito, não é e que já conhecemos. Em relação aos catadores. Acho muito importante esse trabalho. Não é reforço também as preocupações com os conselheiros passaram, mas particularmente na sua fala, Evaldo é dos catadores depois terem autonomia, eu trabalho há mais de 20 anos com os catadores. Eu sei que é muito difícil isso. Eles precisam de muito apoio, precisam de muito controle. Assim, apoio do estado e o controle, por exemplo, através de contratos. Então se vocês puderem talvez buscar contratos bem feitos e prestação de serviço com as cidades. Não é para que eles tenham as condições de trabalhar e executar o que está sendo previsto, não é? E também preveja obrigações do lado deles. E finalizando em relação à capacitação são esses cursos todos talvez pudessem estar associados diretamente com a execução dos planos. Por exemplo, no nosso mestrado profissional, tem essa preocupação de olhar o que está planejado e como que pode desenvolver estudos para executar o que já está planejado. Então, talvez na capacitação, pudesse olhar os planos de recursos hídricos, de resíduos sólidos, ET C etera, e essas pessoas da dos municípios, terem ali como parte do seu trabalho itens específicos que eles precisam desenvolver e, ao longo do curso capacitação, isso teria uns produtos efetivos que ajudariam a executar os planos. E, por último, a universidade UNESP, está à disposição que considerem que possamos ajudar nesses estudos.

Cesar Louvison - Obrigado, professor. Registrado, não havendo mais nenhuma manifestação, podemos colocar em votação então a deliberação CRH Número 280, que aprova indicação ao FEHIDRO empreendimentos de abrangência Estadual ou regional, para o exercício de 2023. Não havendo manifestação contrária. Aprovada a deliberação, CRH 280 dos empreendimentos de abrangência



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

Estadual de 2023. Agradecer ao Xavier, ao Evaldo pela apresentação, não é? E dando sequência a nossa pauta. Deliberação, CRH 281, que diz respeito à aprovação do relatório de situação dos recursos hídricos no estado de São Paulo. Ano base 2022 o Ricardo Mangabeira fará apresentação.

Ricardo Mangabeira - Subsecretaria de Infraestrutura - É isto? Olá, bom dia a todos e a todas. Apresentação aqui do relatório de situação Estadual ao conselho é por conta é de prestação, é da lei Estadual de recursos hídricos que prevê essa apresentação ao conselho e é um Panorama geral. É que consta nos documentos do relatório de situação, então atendimento à lei que tem em vista dar transparência, administração pública e disponibilizar informações do poder público. Então utilizamos Fontes das mais variadas possíveis. Estão sinalizadas para todos, então utilizamos informações da CETESB, fundação SEADE, os NIS, DAEE, ANA. Informações dos próprios comitês de bacias que elaboram os seus relatórios de situação. Então o relatório é composto de três partes, é a parte a de relação trata da situação dos recursos hídricos, trata da questão da demanda, disponibilidade, qualidade de águas. Essas informações são transmitidas é por meio desse recorte do estado de São Paulo e de seis regiões hidrográficas. Então temos a parte b do relatório, aonde há um acompanhamento do Plano Estadual de recursos hídricos referente ao ano de 2022 e a parte c do relatório, que trata da questão da governança e gestão. E tem destaque aí para as políticas de recurso hídrico, instrumentos e o PRÓ GESTÃO e pró comitês, que são contratos da Secretaria junto a ANA. É com relação à questão de quantidade, eu trago aqui um breve quadro e uma situação da questão de outorgas. No ano de 2022 é, tivemos aqui uma situação de aumento de vazão e número de cap. Ações é tanto nos rios estaduais e aquíferos quanto nos rios da união.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

Lembrando que o ano de 2022 teve a volta, digamos assim, da pandemia. Então isso justifica as atividades humanas e provavelmente, econômicas e, portanto, um aumento de vazão. E também é do sistema de operacionalização da outorga eletrônica, que pode também explicar esse aumento do número de outorgas. Então, nos quadros a nossa direita, eu sei que está um pouquinho, é difícil de visualizar, mas vou me esforçar aqui para passar essa informação para vocês tem a soma é das informações da ANA e do daí, então no quadro é de cor azul, eu tenho ali as informações do daí, que estão divididas por usos. Então uso em cinza. Temos ali, é o abastecimento público em verde, o rural, então é possível perceber que o uso rural, pela primeira vez, é se destacam em relação ao abastecimento público, seguido pelo uso industrial e demais usos. Então a leitura das informações de outorga da ANA é, é a parte menor do gráfico logo acima, então também segue essa tendência no estado de São Paulo, onde o uso rural é prevalece em relação ao uso de abastecimento público e demais usos. Bom é o gráfico abaixo apresenta informações do Balanço hídrico, então cores mais quentes mostram situações é de problemática, digamos assim, na questão do uso dos recursos hídricos, que superam a vazão e a disponibilidade. Então temos um destaque para as situações da região metropolitana de São Paulo e Sorocaba. A disponibilidade supera em muito a questão da vazão local. Bom, é neste quadro. Aqui temos a questão do atendimento de perdas de águas. As informações são dos NIS de 2021. E o estado de São Paulo apresenta a situação. É melhor que na comparação com os indicadores brasileiros. Do Brasil como um todo, então, para atendimento total de água ao estado de São Paulo, é pontua em 96.6% quanto o Brasil fica na média de 84,2 e é essa tendência também se espelha no atendimento urbano e na questão de perdas. É atendimento urbano, é 98.6 no Brasil 93 ponto 46 e perdas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

apesar de alto valor, não é o percentual de 34.4 quanto no Brasil 40 ponto 25. O mapa mostra as cores mais quentes aonde tem os maiores percentuais de perdas e destacou então os sistemas mais antigos é distribuição de água e coleta de esgoto, então temos essa questão, é mais pronunciada, onde estão os destaques em cores mais quentes no mar. Temos o destaque negativo para alguns municípios Paulistas, como Guaratinguetá, é Itu, Mauá, Santa Bárbara do Oeste, Piracicaba, que tem os percentuais altos e muitos desses municípios têm seus temas antigos que merecem serem trocados ao longo do tempo e, portanto, apresentam os percentuais altos de perdas. Bom, o próximo quadro é apresenta informações de qualidade de águas, os quais são um indicador da CETESB, que é o índice de qualidade de águas esse indicador. Trata questões de variáveis físicas, biológicas e químicas, como coliformes totais, PH, temperatura e outros indicadores. É o mapa, apresenta uma situação, é de cores, quanto mais quente também uma é apresentando piora na questão da qualidade. Para esses indicadores avaliados e o que é possível notar é que, para a situação de 2018 para 2022, teve uma leve piora na questão de águas, classificadas como ótimas e boas e um aumento ligeiro aumento, digamos assim, na questão das classificações de regular, ruim e péssima, de 18 para 2022. Na questão de águas subterrâneas, é a um indicador da CETESB. Chama o IPAs, é esse indicador, ele avalia, são condições lógicas. E também químicas como o cádmio e nitrato, e a evolução mostra que nos anos teve uma melhora na questão de águas subterrâneas como a tabela nos demonstra. Bom, no que diz respeito ao esgotamento sanitário, tem uma situação de carga orgânica, é gerada. Do total de 2296 de DBO. Essa carga orgânica, ela é distribuída entre o que é coletado, tratado e reduzido. E chega a um Panorama de 2296, ainda tem um remanescente de 881000, desculpa 881 tem ali um erro de um ponto. Na verdade, uma vírgula



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

e quando compara essa informação com o ano de 2018, notamos que a uma melhoria na questão de tratamento de esgoto, então houve uma queda da carga orgânica remanescente. O que demonstra uma melhoria e eficiência nos sistemas. Existem alguns destaques negativos, como Guarulhos, Itaquaquecetuba, Embu, Bauru e Marília, que tem questões ainda a serem resolvidas. Alguns municípios ainda estão instalando os seus sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Temos a parte b do relatório que faz uma avaliação do Plano Estadual de recursos hídricos. O plano, ele é avaliado todos os anos, então as entidades que participam do Plano Estadual tem a oportunidade de nos informar como houve evolução das ações previstas. Temos oito órgãos, entidades estaduais que participam do plano que nos prestaram informações. Existem 21.9 bilhões planejados, e temos uma execução de 92% de execução financeira do que foi planejado. E onde está que para algumas ações, à SABESP, pela concentra a maior parte do que está previsto no plano, com ações de abastecimento. Coleta e tratamento de esgoto e controle de perdas. Então esses três temas, digamos assim, eles dominam, é quase que 100% do das ações previstas no plano. Mas também há destaque para as ações da Secretaria de meio ambiente, infra-estruturar e logística. Por meio de suas coordenadorias, com ações previstas no plano ações do DAEE, como sistema de outorga eletrônica e pontos de monitoramento, assim como informações e ações da CETESB. No que diz respeito ao monitoramento, são ações que constam e é possível avaliar. É um avanço na execução financeira e física das ações. Então é o relatório traz aqui um Painel interativo. Esse Painel é uma novidade nos outros anos, eram longas explicações por meio de texto e então esse ano trouxe essa inovação. Onde é possível clicar na instituição e observa o quanto foi planejado. Características das ações e isso tudo fica disponível para todos. Bom, temos aqui um destaque da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

cobrança pelo uso da água em 100% da cobrança do uso urbano industrial implantado. Falta ainda à implementação dos rurais, mas é do que foi implantado para os urbano industrial é 1.2, arrecadado até então e tendo em vista o uso desse recurso, estamos em 1.0 2000000. Existe essa preponderância dos recursos do FEHIDRO provenientes da cobrança são os que, de fato, financiamos pelo valor. As ações dos comitês de bacia, então nos gráficos abaixo, consegue notar o avanço à medida que foram sendo implementados os valores e os processos de cobrança nas o Grace, esse valor vai aumentando ao longo do tempo e é o grande responsável pelas ações implementadas no em cada comitê de bacia. Então, destaco para essas informações, acho que o objetivo não é entrar no detalhe, mas apresentar um Panorama geral da situação. E aqui é uma inovação também. As informações podem ser disponibilizadas por meio de texto no relatório e também por meio de Painel gerencial. Onde se consegue selecionar as informações em cada ponto com a aplicação e um detalhamento maior dos valores aplicados. Então eu compro aqui o objetivo que era apresentar em linhas gerais os principais destaques do relatório de situação. Lembrando que todo esse material fica disponível na página do SIGRE para consulta. E fico à disposição para esclarecimentos.

Cesar Louvison - Obrigado, Ricardo. Alguma questão, senhores?

Mateus Delatim Simonato - ABGE - Olá, bom dia a todos. Bom dia, secretária. Bom dia, conselheiros e conselheiros. É bom parabenizar Ricardo pela apresentação. Acho que é meio rotina. De qualquer forma, as inovações de como apresentar que são muito bem-vindas, facilita a visualização. Na verdade, eu só pegar uma oportunidade em que nós estamos discutindo indicadores para passar um recado sobre uma vertente de água subterrânea que é um tema de grande desconhecimento da sociedade, de um modo geral. E aqui nesse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

âmbito, apesar de serem todos os especialistas envolvidos com assunto, também continua. É o que eu vou apontar, não é uma crítica, porque é vem tendo avanços contínuos nesse tema. Contudo, ainda está muito aquém do que nós precisaríamos estar com relação a ter indicadores de água subterrânea, tem ainda um importante avanço a ser alcançado com relação às outorgas, ainda tem um cenário de um Panorama muito aquém dos usos, não é? Somos regularizados, nós temos a necessidade de ter um monitoramento de quantidade ampliado, melhorado e embasado no que se já se conhece em termos de áreas com necessidade. Para isso de novo, alguns avanços acontecem ou da e tem uma rede que monitora alguns postos. Talvez precisássemos pensar em como melhor disponibilizar esses dados para trazer isso para dentro do Plano Estadual de recursos hídricos, o da é também está investindo em um sistema de suporte à decisão que vai olhar para a quantificação de águas subterrâneas superficial de forma integrada. Há também outra parcela de água subterrânea não quantificada nessa fase do SSD, que é a maior reserva subterrânea que não entra nesses números que estão no Plano Estadual de recursos hídricos. Então, tem uma questão metodológica para avançar e isso depende de um estudo mais aprofundado. Por fim, a questão da qualidade, eu vejo que o investimento desse ano. Na deliberação recém aprovada 280, de grande importância de grande relevância à modernização, ampliação, melhoria na disponibilidade desses dados é, e claro, é uma rede. Ela é direcionada, então outra coisa importante para saber sobre água subterrânea, quando coloca esse indicador de água subterrânea, ele não representa necessariamente a fotografia da qualidade da água subterrânea. Essa rede da CETESB, ela é importantíssima. Muito bem vinda, tenha um trabalho enorme e muito bem qualificado por trás dessa rede. Contudo, ela não reflete. Olha, ali tem a 25%, ou 30 ou 40, qualquer número que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

seja e de pontos com qualidade é regular, péssimo, ruim. Ela não representa o percentual da qualidade das águas subterrâneas. Essa rede, ela tem um propósito, um objetivo e é um resultado que não necessariamente é a qualidade da água, Isper Anne, está é a qualidade da água subterrânea ainda melhor do que essa que esse relatório traz. Essa é uma boa notícia. Não significa que pode aliviar os controles, nada disso, mas ela é uma boa notícia. São indicadores muito bem-vindos e assim então é, mas era passar um pouco de um Panorama de realidade sobre o tema de água subterrânea. Deixar o recado aqui na Câmara técnica de água subterrânea. Também sou representante na Câmara técnica, Luciana, coordenadora, outros colegas, presentes, membros, estamos olhando para tentar trazer contribuições no sentido de ainda melhorar. Esses indicadores de água subterrânea para o Plano Estadual relatório de situação. Esperamos contar com apoio quando trouxemos as demandas para esses avanços. Então, muito obrigado.

Amauri Pollachi - ONDAS. - Bom dia a todos e todos. É senhora presidente. Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Coordenadoria de recursos hídricos pelo brilhante relatório que mostra a evolução extremamente positivo que tenha alcançado a melhoria tanto do uso quanto da qualidade dos recursos no estado de São Paulo. Inclusive, as inovações foram classificadas. Relatórios são importantes. Eu queria parabenizar o César por esse trabalho, portanto, à frente da Coordenadoria, e destacar que a excelência do trabalho da SABESP é o resultado aqui mostrado. Um resultado que demonstra claramente o avanço que o estado de São Paulo tem, entre outras unidades da federação, relativo a abastecimento de água, a esgotamento sanitário e ao controle e redução de perdas. Resultados importantíssimos e essa entidade 50 e na área mostra com firmeza a sua evolução e que nós devemos sim, valorizar muito



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

o trabalho da companhia de saneamento básico do estado de São Paulo. Os índices de peso estão colocados aqui constantemente. Branca redução em algumas cidades com indicadores semelhantes até de é do Japão, que é tido como uma referência mundial daqui. Lineu, que já passou pela SABESP, sabe muito bem disso e que nós temos bastante orgulho. Nós, do Observatório nacional dos direitos da água e saneamento, qual representa nesta plenária, temos satisfação de ter aqui no estado de São Paulo um saneamento de primeiro mundo e que desejamos seja preservado sob a gestão pública. Obrigado.

Cesar Louvison - Obrigado, Amauri. Eu queria compartilhar, na verdade, todos os avanços produzidos são resultados da equipe como um todo, da Coordenadoria de recursos hídricos. Então agradecer a todos que compõem esta Coordenadoria e que é sangue, suor e lágrimas. Mas é um esforço que os senhores constataram depois, quando o produto é apresentado. Por favor, Hélio?

Hélio Soullivan – Bom, primeiramente parabéns pela apresentação do Mangabeira, eu, eu confesso que eu não li todo o relatório, mas estou aqui com a doutora Alexandrino, são passando, olha aqui e nós vimos aqui. Quer dizer, na tua apresentação, você mostra pela primeira, e você enfatizou isso. Não é que houve um aumento que pela primeira vez a questão do uso rural se destaca em relação aos outros usos e aproveitando a fala do Mateus, então me vem duas questões aqui que eu gostaria de saber se isso está posto no relatório e como nós podemos avançar nessa discussão e trazer aqui como propositura para esse conselho levar para suas câmaras técnicas é uma para saber quanto que houve um aumento e se isso TAP foi colocado, o quanto que houve um aumento se na agricultura para mim me parece que é o uso subterrâneo. Se for pensar na região do noroeste Paulista, normalmente uso subterrâneo. Você



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

tem essa projeção de quanto que foi e se não está na hora de começar realmente tratar e trazer um seminário sobre a criação da cobrança rural. Então me vem só para dar uma conversada sobre isso, porque se esse aumento persistir, eu acho que. Precisamos conversar sobre isso.

Cesar Louvison - Bom, com relação ao aumento. As informações foram disponibilizadas pelo DAEEE a no relatório informações para uso. É subterrâneo. E águas subterrâneas e águas superficiais, então há esse essa diferenciação no próprio relatório. E às demais questões. Acho que pedirei auxílio ao nosso coordenador. Antecipou que o assunto está em pauta nas câmaras técnicas. Essa questão da cobrança rural, principalmente da Câmara técnica de cobrança, mas acho que o César e a secretária podem detalhar melhor. Cesar - É em relação ao primeiro. A primeira questão, Hélio acha que houve também uma melhora na obtenção dos dados. Acho que houve uma melhora na outorga eletrônica, propiciou um mapeamento melhor detalhado, digamos assim, deste uso a no estado todo. Em relação ao segundo item, temos discutido, tem avançado essa discussão que Ricardo colocou esse encaminhamento à Câmara técnica conseguimos ao longo de 23 tiveram bastante prejuízo, digamos assim, nas discussões que eram planejadas e incorporadas a cada uma dessas câmaras. Então, na verdade, é 2023 é um ano de retomada dessa ação, recompondo as câmaras. Vamos ter plano de trabalho ousado, digamos assim, para o ano que vem para que as câmaras se debrucem sobre esses temas e acho que partir. Assim queremos o avanço também neste item da cobrança rural. Não sei se essa secretária quer fazer mais alguma consideração, então acho que é isso mesmo.

Natália Resende - Precisa avançar nesse tema assim, e eu acho que tem que envolver as câmaras, fazer um trabalho, inclusive fortalecer o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

próprio conselho, mesmo nessa enquanto atribuição também, até pegar aqui para o próprio conselho e fazer essa regulamentação da cobrança. Então acho que é uma coisa que tem que discutir é os atos normativos que precisa produzir já tem mais ou menos mapeado, mas para mim é aprofundar a discussão na Câmara. Ver o que precisa produzir, inclusive para trazer esse debate mais para o conselho, mais para a Câmara, mais para o conselho, ao invés de ficar também legislativo executivo. Talvez trazer mais para cá, para esse locus.

Hélio Soullivan - A título de contribuição. Quando olhamos nos projetos que o foi colocado aqui, do investimento de um bilhão e 20000000 de reais. Temos um percentual muito grande, principalmente na região do alto Tietê, com relação a desassoreamento. É, e viu os d da íntegra que uma das primeiras falas da senhora, inclusive, foi o que precisa atacar. A causa, não. Então, se avançar na discussão da cobrança do uso rural, tentar trazer que essas que esse recurso volte para recomposição para reflorestamento, para pagamento por serviço ambiental. Porque do mesmo jeito que usa o recurso, a industrial e urbano para investir na questão do saneamento, que esse recurso também volte para o agricultor de uma maneira mais objetiva, mais Clara, mais assertiva, ou seja, defina do jeito que está na legislação que esse recurso pode ser utilizado ali e com toda certeza vão melhorar essa qualidade e melhorar a questão do investimento desses recursos.

Cesar - Obrigado hélio. Sueli, por favor.

Sueli – DAEE - Só queria enfatizar, não é que realmente o fato d ter é melhorado não é a condição de medição, não é de análise dos dados, não é? Acho que o da e vem crescendo na confiabilidade desses dados desde 2022, em 2022 é que notou esse crescimento



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

em 2023, o da e vem fazendo investimento na questão de melhoria do banco de dados e de sistemas para conseguir extrair esses dados com melhor qualidade, de forma que possa fazer a gestão e fazer a análise desses dados. Com relação à cobrança do uso rural, Eu Acredito que desde o início do ano é um tema que vem demandando bastante no DAEE não é? Já fez oficialmente uma solicitação à Coordenadoria de recurso hídrico. E como o Cesar já falou, está levando ali para discussão dentro na Câmara. Concordo totalmente com o Hélio que esse recurso que conseguirá auferir, com essa cobrança, com certeza ela retornará aqui para todos nós. Não é para melhoria da gestão do recurso hídrico. Na parte de quantidade de qualidade, não é e sem dúvida eu acho que é uma demanda muito importante aqui para nossa gestão. Então eu queria enfatizar essa importância. Estamos trabalhando nessa questão. Acho que não é só uma questão de isonomia, uma questão de justiça, mas acho que é uma questão de trazer também uma consciência para o nosso produtor. De que ele não pode é de que tem que usar, é com parcimônia o recurso não é? E eu acho que não é simplesmente fazer a cobrança, tem pensado muito de trazer um benefício para que ele esteja para aquele usuário que está usando algum sistema. É mais econômico, não é para fazer irrigação. Então eu só pedi a palavra para levantar essa questão. Que o DAEE vem trabalhando desde o começo do ano forte, nesse tema, obrigada.

Cesar Louvison - Obrigado, Sueli. Mais alguma manifestação, senhores. Podemos colocar em votação? Deliberação, CRH número 281, que aprova o relatório de situação dos recursos hídricos no estado de São Paulo. Ano base, 2022 favoráveis permaneçam como estão. Contrários manifestem-se, não havendo manifestação aprovada. Deliberação, CRH 281, que aprova o relatório de situação dos recursos hídricos ano base 2020 de dois itens 5.3 da pauta.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

Deliberação, CRH 282 atualiza a programação referente aos anos de 23 e 24, do capacita SIGRE e apresenta a relação de gastos no ano de 2023 e previsão para 2024. Dispondo sobre a caracterização de atividades de capacitação e aprovando a destinação de recursos financeiros advindos da terceira certificação do PRÓ GESTÃO ciclo dois referentes ao ano de 2022. Antes de abrir para apresentação do Ricardo, eu queria só avisar. Os comitês de bacia hidrográfica que ainda não retiraram os notebooks adquiridos com recursos dos comitês. Muitos já vieram buscar alguns, ainda não retiraram, por favor, o façam lá no nosso núcleo administrativo com a dona Maria Aparecida, que está lá à disposição dos senhores com esse equipamento, a ser entregue a todos os comitês, eu vi que alguns comitês estão aqui presentes hoje. Então, aproveitar para pedir que os senhores retirem esse equipamento lá com ela, por favor, Ricardo.

Ricardo Mangabeira - É a Cida está aqui na reunião, já retiro com ela após a reunião. Bom, dado adiantado da hora eu tenho aqui o compromisso de informá-los da programação do programa de capacitação e a execução prevista para 24. E o que aconteceu no ano de 2023, então só lembrá-los o programa permanente de capacitação. Ele foi estabelecido por meio de deliberação do conselho em 2018. É se propõe a ser um programa de capacitação gratuito a todos do sistema, capacitação baseada em competência desde o ano de 2018 até o ano de 2023 tem dois pontes financiando o programa até o ano de 2022, era apenas a fonte do pró gestão. É um programa FEDERAL da ANA e tem mais de 3925 vagas oferecidas, um total de aproximadamente 3773 horas de capacitação em cursos e a partir do ano de 2023, passou a incorporar. E a fonte dois, que os comitês também têm ações de capacitação tentou incorporar. São com essa fonte, ações nesse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

programa. Então trago aqui para vocês. Atualização da programação é, acho que vale a pena o esclarecimento foi o material para os conselheiros e, originalmente, eram dois deliberações. E por conta, é de facilitar a leitura, então todos os assuntos foram reunidos em uma única deliberação e é o que será mostrado a todos no final da deliberação. E então trago aqui a programação referente a 23 e 24. Lembrando que a programação ela contou com uma busca e uma escuta ativa entre os representantes do sistema. Então todos os conselheiros receberam um link de pesquisa para que se posicionassem e fizessem contribuições aos itens. Tivemos um resultado de 248 contribuições. Essa pesquisa ela circulou num evento que se chama diálogo Inter bacias, onde foram perguntados o interesse e a disponibilidade na realização de horários dos cursos. Então tivemos um resultado aonde tivemos é maior interesse nas ações e cursos, especializações e, no caso de visitas técnicas, foram às ações mais pontuadas. É como é essa pesquisa, ela circulou principalmente no evento diálogo Inter bacias é, infelizmente não tivemos a atuação dos técnicos de segurança de barragens nesse evento. O que explica o menor interesse é nessa pesquisa, pelas ações de atuação de segurança de barragem que constam da programação. Então, aqui é um detalhamento da pesquisa. Os maiores temas de interesse gestão integrados de recurso hídrico, conservação, marco legal, regulação, programas e projetos é, na medida do possível a programação Ela busca atender o que foi coletado como resposta, mas também há uma escuta ativa dos colegiados e comitês onde são apresentados pleitos para programação. Então, essa programação ela conta com três grandes grupos, então tem algumas opções de cursos, eventos e visitas técnicas. E durante esse processo do ano de 2023, tentou incorporar eventos de relevância para área de recursos hídricos, como encobre o diálogo Inter bacias, os eventos da ABAS e ABES. Então esses



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

eventos foram incorporados e destacou também a questão é de um olhar mais atento às questões de gestão indicação dos empreendimentos FEHIDRO junto a FUMEPE. Tivemos essas capacitações oferecidas e realizadas no ano de 2023 e para o ano de 2024, como eu comentei, no caso, a Coordenadoria fez uma escuta ativa junto a todos os colegiados e câmaras técnicas. Então conseguimos incorporar o pleito da Câmara técnica de águas subterrâneas. Colocando aqui, é essa possibilidade de capacitação para preservação e conservação de águas subterrâneas. Tivemos também o pleito de atuação de segurança de barragens por meio do comitê segurança de barragens, que atua é e apresentou pleitos para atuação e melhoria dessa questão de barragens e também são cursos que foram demanda 12 por meio de pesquisa e escuta ativa junto ao sistema, como conceitos hidrológicos e hidráulicos. Essa questão das mudanças climáticas e outros cursos para melhorar a atuação dos representantes no sistema. Também é na mesma expectativa de incorporar eventos de relevância na capacitação e atuação dos representantes do sistema da mesma forma que entraram no ano de 2023, entraram também no ano de 2024. E também colocamos uma possibilidade de visita as estruturas hidráulicas, lembrando que a expectativa de abrir essa essas vagas a todos representantes do sistema, inclusive aos conselheiros, também. Bem, essa parte aqui da apresentação junto ao programa PRÓ GESTÃO, aonde há uma necessidade de explicar o conselho de como montar a execução dos recursos do programa pró gestão, que é o que financia o programa de capacitação permanente. Aqui o objetivo não é que vocês enxergam em todas as letrinhas pequenas, mas só uma explicação. Tem a possibilidade de recebimento de até 1000000 todos os anos, por meio do PRÓ GESTÃO. Esse recurso, ele financia as ações de capacitação. No ano de 2023, por meio desse quadro apresentado, nós tivemos cursos e eventos e consegui



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

utilizar o valor de 456000, uns cursos que estão é informados na apresentação e a previsão para o ano de 2024 resgatou a previsão para 2024 dos cursos que eu comentei, atendendo toda a pesquisa que foi feita e os pleitos. De atuação de segurança de barragens com foco na atuação dos técnicos do DAEE e CETESB e prefeituras e também o pleito é da Câmara técnica de águas subterrâneas. Essa programação, ela prevê uma execução de aproximadamente 2983000, aproximadamente o que encerra o ano de 2024 com carga horária desde o início do da implementação do programa permanente, com 5590 horas previstas, é de carga horária e participante da ordem de 5290 participantes. Bem aqui também não é o objetivo fazer com que vocês acompanhem que o demonstrativo, mas para que vocês entendam que desde o ano de 2016 esse contrato foi assinado e os recursos eles vêm sendo implementados no sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Inicialmente, houve uma destinação para a modernização do SINFEHIDRO. Depois iniciamos o programa permanente de capacitação, com recursos para a capacitação de cursos tivemos transferências ao IPA para a modernização, estudo de detalhe no sistema Aquíferos Bauru e, a partir do ano de 2022, apenas os recursos destinados à capacitação. E temos o ano de 2023 com despesas até o ano de 2023, da ordem de três pontos, 9000000. Temos despesas previstas para p 2024, da ordem de três pontos 3000000 e temos um total de 7,2 de despesa e na parte das receitas temos todas as aplicações, que foram feitas que rendessem juros. Mas a certificação que vamos receber no ano de 2024. A receita desde o início do programa tem sete pontos, 5000000. Vocês podem ver que há uma diferença de receitas e despesas da ordem de 250000. Basicamente, é isso foi proposital de deixar uma margem de segurança, tendo em vista que à medida que a empresa negocia valores, carga horária, é necessário ajustar essa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

programação. Então essa margem de segurança ela dá conta desses possíveis acordos e imprevistos que aconteçam nas contratações que possa ajustar valores, carga horária e participantes previstos de forma a conseguir alcançar a programação prevista para 2024. Então era isso, informações do programa permanente de capacitação, lembrando que essa programação ela pode ser mudada ao longo do tempo e ela conta com a colaboração de todos os conselheiros e participantes do sistema que nos dão informações do que é necessário de capacitação para o sistema. Então fico à disposição para esclarecimentos.

Cesar Louvison - Obrigado, Ricardo. Senhores conselheiros, alguma questão, alguma dúvida? Não havendo dúvidas, colocaremos em votação. Deliberação, CRH 282, que atualiza a programação referente aos anos de 2324 e aprova um a destinação dos recursos financeiros favoráveis permaneça como estão contrários, por favor, manifestem, não havendo manifestação aprovada, a deliberação CRH 282. Vencida a pauta na nas suas deliberações, senhores agora voltaremos então para as apresentações que haviam sido programadas. A primeira delas, senhora secretária, a desestatização da SABESP.

Natália Resende - Secretária de Meio Ambiente, infraestrutura e Logística
- Bom, vamos lá. Bom, então da reunião passada foi solicitada doutora Alexandra. Muito diálogo para ouvir, é um processo complexo, não é um processo simples quer fazer o melhor de uma forma mais técnica possível e para isso é muito importante a participação de todos desse conselho. Fica aqui desde já, o nosso compromisso de sempre trazer atualizações. E falarei como está hoje e os próximos passos também para todo mundo ficar bem informado. Em uma apresentação é difícil esgotar tudo, mas eu colocarei alguns pontos que acho importantes, sem prejuízo de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

detalhar, ficar aqui, conversando até a hora que for preciso para tirar todas as dúvidas, prestar todos os esclarecimentos, acha importante primeiro, falar um pouco das premissas para o saneamento aqui do estado. Após fazer um breve panorama diagnóstico que veio fazendo, principalmente na fase zero do projeto, falar um pouco do modelo SABESP, casos de aprendizado que estudou tudo que deu certo, tudo que deu errado, seja nacional, internacionalmente. Seja nacionalmente os principais pontos agora da lei acho que é bom e interessante colocar no final, tinha colocado algumas perguntas e respostas. Tem esse compromisso de transparência aqui com vocês. Quando chegou aqui na gestão, olhou para os 645 municípios, olhando para esses 645 municípios, e agora eu falarei mais de água, esgoto. Vou deixar o básico, falarei do saneamento mesmo, água, esgoto e da necessidade de fomentar políticas públicas em relação à universalização. E tem enquanto objetivo de governo fazer antecipação para 2033 de 2033 para 2029 e, sobretudo, sobretudo, fazer o que fala que a universalização de fato, por que eu estou falando isso? Porque depois do novo Marco da lei 14026/07/2020 para de fato universalizar, precisa incluir essa população em área rural. A população do chamado núcleo urbano informal consolidado favela, por exemplo, e que, por exemplo, nos contratos da SABESP, trouxe alguns exemplos todos os dias, com as conversas que está tendo com as prefeituras, essa população que está fora dos contratos atuais e não é por uma falta da SABESP de forma nenhuma a qual é uma empresa de referência, é uma empresa que tem muito orgulho, com quadro técnico extremamente competente. É porque não era obrigatoriedade, de fato, antes do novo Marco e precisa incluir essas pessoas. Precisa que elas estejam dentro, precisa que o saneamento chegue a elas, inclusive, independentemente de estar ou não na lei. É obrigatoriedade hoje em dia, mas precisa, porque quando leva saneamento é para além



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

de uma qualidade de vida, de saúde que presta para a sociedade. Aqui, no âmbito desse nosso conselho, é olhar também para os cursos d'água, para os mananciais, porque a falta de saneamento, principalmente nessas áreas, prejudica os nossos cursos da água, prejudica os recursos hídricos e tem, sim, uma preocupação de tarifa, porque sabe que isso foi algo que maculou muitos projetos ao longo do mundo. E eu explicarei um pouquinho melhor do que está falando, isso com foco na população vulnerável. Tem uma realidade muito diversa no estado de São Paulo. Muitos em municípios que já de fato estão universalizados, outros que não estão tão universalizados, considerando todo o território do estado. Outros que estão muito pouco dos 645 precisa olhar a particularidade de cada local e precisa uma coisa que fala muito no saneamento, que todos aqui estão presentes. Também sabem de olhar a lógica de regionalização de escopo de escala, porque normalmente um curso d'água não fica só por uma cidade, então tem uma distribuição de competência desde a Constituição federal. Então, o próprio novo Marco, que é plasmou ali no seu texto algo que vem sendo discutido na justiça a muito tempo de, por exemplo, titularidade, local, titularidade comum, ou seja, co, titularidade em regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas entre estado e município. Está lá no artigo oitavo isso já vem sendo discutida há muito tempo na justiça. Por quê? Porque tem uma lógica, não é? Estamos falando aqui de infraestrutura compartilhada, então, principalmente quando olha o bloco da SABESP é um bloco que vem sendo desenvolvido, cuja infraestrutura está a 50 anos, de uma forma com muita qualidade. No vencendo, desenvolvendo no estado de São Paulo, e que faz uma lógica de subsídio cruzado que é muito importante para a população como um todo. Seja para municípios pequenos, para municípios maiores, essa lógica de subsídio cruzado da tarifa é muito importante. E não tem como desconsiderar isso,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

então efetivar a regionalização é algo que busca muito no estado como um todo, na SABESP. Nos 375 municípios, já tem de fato, essa lógica de um bloco mais regional, que no caso, é a chamada orai um nos outros nos 2, 3 e quatro isso é uma coisa que vem discutindo muito também com o GAEMA. Precisa efetivar em todos. Na verdade, o 2,3 e quatro lançou muito, universaliza também com esse foco de efetivar a regionalização nesses outros municípios aqui. Além da lógica, é também uma obrigatoriedade do novo Marco. Então, inclusive, como condicionante de acesso a recursos federais. E existe, obviamente, por trás esse racional que comentei aqui, que não tem como desconsiderar. Então precisa olhar o saneamento, os recursos hídricos de uma forma compartilhada, de uma forma como todo e vê com isso a oportunidade de melhoria não é a questão da universalização, considerando todo o território. E já fica aqui a ressalva que sempre faz, está fazendo isso em conjunto com os municípios, áreas de risco, áreas de proteção ambiental. Sabemos que tem áreas que é outra política, que está falando. A política habitacional que tem tratado lá, com a equipe do Polessi, do Marcelo Branco. Área que não pode consolidar também tem que ter esse cuidado agora, a partir do momento que já está consolidado, que está em processo de regularização, precisa chegar com saneamento, precisa olhar o território todo e são áreas rurais irregulares, consolidadas é preciso efetivar a regionalização. Uma situação que eu aqui sou um lócus muito qualificado, sabe que todo mundo tem esse conhecimento, mas muitas vezes não sabe que a região metropolitana de São Paulo tem uma escassez maior do que no nordeste. Então está falando em, 143 m³ habitante ano que está 10 vezes menos do que o preconizado pela, não pela ONU, não é? Então, quando fala de saneamento, necessariamente, está falando disso também em despoluição e de melhoria da nossa disponibilidade hídrica. E quando olha especificamente na SABESP



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

entrando já aqui, nosso foco, o que vê hoje nos contratos tem áreas que estão fora dos contratos. Porque não era obrigatoriedade, como eu comentei, então, se olhar Salesópolis mesmo, que está aqui, bem na montante onde nasce o Tietê Guarulhos, que foi inclusive um contrato recente, que tem 20% de tratamento de esgoto, é vários outros. Está desde agosto batendo município por município, os 375 todo dia tem reunião aqui com os prefeitos fez uma primeira rodada, inclusive explicando isso um pouco para vocês dessas conversas que está tendo com os municípios, com o governador, dada a importância do tema, chamamos todos os 385 agosto setembro para explicar. Olha o que é esse projeto? Que está fazendo? O que está pretendendo? Qual é o objetivo? Depois, no final de setembro, falou assim, olha para não ficar só no discurso, vai mandar um ofício para todo mundo. Até em cumprimento ao artigo 14 do novo Marco para reafirmar isso, tudo que está falando aqui, explicar um pouquinho na lógica de regionalização, que está pretendendo fazer com cada município, no modelo do anexo que vai ter no contrato 375 anexos com metas, com indicadores com penalidades, com uma regulação melhor que precisa aprimorar. Após setembro, outubro, novembro, dezembro, está fazendo uma segunda rodada exatamente para olhar obra por obra. O que é obrigatório, o que tem que colocar? Qual é o território que tem que abranger? Os dois mapas, senta depois com eles, vai batendo e vai falando, olham, tem aqui mapeado tantos 1000 domicílios que estão fora. É isso mesmo, verifica o que pode e o que não pode. Não pode consolidar o que é risco, então tem feito muito isso com eles para por uma a terceira rodada também já gerar rodar indicadores, metas. Depois, final de janeiro, o nosso cronograma é mandar essa documentação e abriu o nosso processo de audiência e consulta pública que vai falar e que eu tenho certeza que vai ter a participação maciça desse conselho aqui também. Então, é quando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

vê nessa situação, por cálculo aproximado, está falando de 25 bilhões de litros de esgoto que gera e não trata por mês. E isso vai para algum lugar e provavelmente vai para os nossos cursos da água, vai para os nossos recursos hídricos, então é muito além do que uma questão de saneamento propriamente dita. É da água e do esgoto, e Salesópolis mesmo tava comentando aqui hoje tem dentro do contrato 4300 domicílios, mas tem fora 3900. Então quando você vai ver de fato os indicadores, que hoje se você olhar lá 99, 6899, está falando em 5236. Então é porque o denominador aumenta, tem que olhar todo o território, seja por obrigação legal do novo Marco agora, seja porque tem que levar mesmo saneamento para onde não tem. E quando faz esse cálculo, que vê dentro dos 375 municípios que têm 66, universalizados. Não, só 310. Por quê? Porque está olhando todo o território. Isso representa mais de 1000000 de pessoas que hoje não tem nenhum dos três. Não é que está falando aqui. Água coleta tratamento esse projeto, ele visa beneficiar até 2029, 10000000 desses 10000000, 1000000. Hoje está fora completamente, então não tem água, não tem coleta, não tem tratamento. Daí, por isso, dessa importância de acelerar também por pelo todo. Pelos 9000000. E hoje tem água, mas não tem coleta, tratamento de água. Tem coleta e não tem tratamento, esteja por esse um que hoje está totalmente fora. Isso é uma coisa que está batendo no município. O município também tem um Panorama que está vendo com todos os 375. Tem uma questão que é importante discutir aqui e muitas vezes não é falado, mas que precisa, principalmente olhando para a própria empresa para SABESP, que é uma empresa de novo, de muita qualidade, que quer que seja maior. Na verdade, se olhar, é o que acontece hoje. Depois do novo Marco, quando ele veio, ele vê a prorrogação dos contratos de programa. Por quê? Porque ele tem é na diretriz dele, é uma diretriz de política pública que foi estabelecida lá em 2020 de mais



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

competitividade, de licitação, de fato, para você ter a melhoria de saneamento no Brasil todo, você ter uma maior competitividade no setor. Então hoje é vedado você fazer contrato de programa, não é vedado você fazer essa prorrogação, pode discutir melhor às vertentes. O que foi feito em outro estado, o decreto suspenso lá pelo Congresso pode falar disso tudo, mas fato é que o que está posto hoje uma lei que inclusive tiveram quatro ADI s contra que foram indeferidas no supremo, seja uma lei que está posta, precisa seguir, precisa cumprir de que eu não posso prorrogar. O que eu tenho que fazer todas às vezes que finalizar um contrato, eu preciso fazer uma licitação. E quem é que precisa? Não é de novo a lógica de titularidade que está falando aqui. Então, por exemplo, o município que tem uma titularidade local, ele vai ter que fazer a licitação e já começa com questões que precisa enfrentar. É difícil você fazer uma concessão, não é fácil, não é fácil. Um município muitas vezes não tem essa capacidade de fazer ela essa licitação e mais ele sozinho. Ele, a maioria desses 375 que está falando aqui, a grande maioria, é deficitária. Então, quem que vai participar dessa licitação? Quem é que vai prestar o serviço lá? Arrisca ter uma precarização dos serviços, sendo que está por uma realidade que é uma realidade diferente da Europa, não é a Europa lá na década de 70, ela fez esse muito disso que está fazendo aqui, inclusive com operadores privados para chegar ao momento agora de depois de muito investimento. Ter reestatizações é isso que estudou também, que depois eu vou falar um pouquinho mais à diante, mas que muitas vezes a pessoal fala há, poxa, vocês estão no mundo inteiro, restardes ano, vocês não são assim. Eu vou chegar lá, mas só par não perder aqui esse slide, o que acontece? É até 2038 tem uma possível perda. Porque eu falo possível perda, porque vai ter uma licitação. A SABESP pode ganhar? Pode perder de 50% dos contratos são 189 contratos que vão finalizar até 2038. E tem sim,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

muito enquanto estado. A preocupação de esses municípios ficarem com os seus serviços precarizados, municípios pequenos. Perspectiva da própria SABESP dela também perdendo a sua base operada, uma vez que vamos pegar os municípios âncoras. Uma vez que ela perca esses municípios e por que ela pode perder? Vou mostrar nos próximos slides, porque se olhar uma trajetória dos últimos anos e até a própria lógica de alavancagem da empresa, que é muito menos alavancada, ela tem hoje amarras públicas dos 50.3% que ela tem, que deixam a empresa com uma competitividade menor do que outras. Por melhor que ela seja ela, hoje ela tem esse problema. Então ela tem esse risco de perda desses contratos e dos maiores, uma vez que ela perca, por exemplo, São Paulo que subsidia muito daqui. Dos menores que são igualmente importantes para o estado, desde os menores sejam os maiores. Ela hoje que é lucrativa, ela pode deixar de ser lucrativa. Ela pode ficar deficitária. Osasco, que é um dos contratos em 2029, já acaba, por exemplo, a partir do momento que eu tenho um município que vai fazer uma licitação que a SABESP pode não ganhar, que tem grandes chances dela não ganhar. O que acontece com a tarifa de todo mundo? Sobe, porque eu vou perdendo essa base ao longo do tempo. Isso é muito importante, discutir, porque o que está falando é a preservação da própria empresa para a preservação do subsídio cruzado para o município pequeno e também a lógica de infraestrutura compartilhada dos municípios grandes. Por quê? Por outro lado, o pessoal fala município de São Paulo poxa, mas eu estou aqui segurando todo mundo? Vou sair, vou criar minha autarquia, vou pegar, vou, vou fazer tudo por mim, não é assim, a nossa zona leste aqui é toda abastecida, praticamente toda por cinco reservatórios entre Suzano e Salesópolis 5.5 m³ por segundo, o nosso esgoto é tratado em Barueri, grande parte, então não é independente. Nos municípios e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

regiões metropolitanas, eles são interdependentes. Teve uma licitação em Igarapava, há 2,3 meses a SABESP participou, perdeu, ficou em segundo lugar. É uma aglomeração urbana, como é que eu vou fazer lá agora? É uma concessionária. Não, não sei, não conheço. E como fica a questão de indenização por bens reversíveis não amortizados, como ela vai comprar água? Tratar é complexo não é simples. Ganhou, Olímpia perdeu Igarapava, então é uma coisa que, por que fala? É nesse risco, não é pela própria trajetória. Então, se for olhar ali até 2020, teve um crescimento de 8%. Depois do novo Marco de 56%, não é? Estamos falando de um pulo de 291 para 1100 de municípios atendidos pelo setor privado. Depois do novo Marco porque foi o incentivo fomento, trazido pela nova política pública. Se você pegar, por exemplo, alguns casos, um único desses que não foi por operador privado mesmo, foi a SABESP, em Olímpia. E se preocupa, sim, se preocupa. Enquanto estado, nessa lógica de subsídio cruzado, nessa lógica da infraestrutura compartilhada que posso perder ao longo do tempo, e hoje eu tenho uma empresa lucrativa que pode deixar de ser, e eu vou olhar lá depois na frente e falar assim, poxa, quando eu tive a oportunidade de fazer um processo com várias amarras, com várias melhorias, uma empresa que eu poderia pegar o lucro e me ajudar a colocar para poder olhar a questão da tarifa de modicidade tarifária, eu não fiz. Então, tem um custo de oportunidade aqui que precisa levar em conta. E que começou a estudar nosso projeto e pode falar do contrato aqui também, que o pessoal falar do IFC, pode falar contrato inteiro aqui para vocês, detalhar todos os pontos, todos os valores, é ele é dividido em três fases. Uma primeira fase foi muita de estressar essa questão que falei aqui, de benefícios, de riscos, de benchmarking do modelo, de ver o que faz sentido, o que não faz diagnóstico mesmo essa fase zero. Ela acabou no dia 31 de julho, foi depois que começou a conversar com



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

essa base, com o que tinha com os municípios, com o tribunal de contas, com assembléia, com o Ministério Público, todo mundo, não é que é por que quer acertar mesmo nesse processo. E o que de modelo que estudou. Bom tem aqui os objetivos. Eu posso simplesmente fazer igual o Rio Grande do Sul é aquele último quadrinho lá sair, trocar o operador, não é? Então eu vou ficar só na parte da regulação? Foi o que aconteceu na CORSAN, não é? Eu posso fazer uma venda direta, eu posso fazer aquele primeiro lá que foi mais ou menos a lógica da Eletrobras no controle mais pulverizado. E eu posso o que chegou aqui era o que fazia sentido para a SABESP, para o estado de São Paulo, que é o estado permanecer na empresa. Então vai ficar entre 15 e 30. O cálculo está fazendo agora. Conforme a quantidade de investimentos que precisa fazer, que está batendo o município, a município, a questão da tarifa, isso tudo está fazendo para ver o quanto que vai ficar. Então permanece como acionista relevante, provavelmente o maior, um controle, mais concentrado. E a SABESP? Enquanto a operadora não quer trocar SABESP como operadora, quer que a SABESP seja ainda maior, não precisa, não está falando aqui do Rio de Janeiro, que para mim fez um modelo. Eu particularmente não acho que não é o mais adequado aqui para o estado de São Paulo, que é você cortar o, abstraindo downstream. Você deixar a parte de água bruta aqui, separada da questão da distribuição, o que aconteceu em Paris, não deu muito certo. Então esse modelo é um modelo que, para, a SABESP se mantém como operadora. O estado fica com uma participação relevante, tem poder de veto. Então tem e muitas vezes as pessoas falam à bobeira, vocês têm poder de veto para não mudar nome da empresa, isso é muito, muito importante par, porque tem uma história, tem toda uma e o pessoal fala, não é para vender, não é gente, é porque é importante. É importante manter nome importante, manter a sede. É importante manter objeto



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

social. É importante que não tenha um controlador privado, então isso é um poder de veto. Nosso que colocou na lei, e eu consigo com isso trazer os recursos que eu preciso é porque é que recursos são? Para que está fazendo isso hoje? Se vocês falarem assim, poxa, então, inclui essas pessoas que estão fora esse mais de 1000000 de pessoas que estão fora coloca nos contratos. Você pode fazer isso, pode fazer, qual é o problema? A partir do momento que eu faço isso, eu tenho naturalmente um aumento tarifário. Isso já vai aumentar naturalmente. E pode até discutir essa lógica da tarifa que deu ruído semana passada eu posso detalhar aqui tudo para vocês. É por uma questão de tarifas, nunca falaram uma curva descendente, está falando aqui, por exemplo, da SABESP hoje com um plano de 56 bi dela até 2033 e não tem aquelas pessoas que comentei que vai, vai naturalmente subir a tarifa, porque você não consegue amortizar isso tudo num período tão curto, está falando de fazer uma redução aqui de imediato e de ver o comportamento da tarifa. E colocar o que explicitou na lei, o seguinte, eu sempre tenho limite da tarifa da SABESP, 50,3 pública, eu nunca vou poder ultrapassar esse limite. Foi isso que se colocou como limite, como barreira na lei. Então, eu sempre vou ter uma tarifa menor do que ela seria, enquanto SABESP pública. Como que eu consigo fazer isso? Não é mágica, está longe de ser, usa parte do recurso da operação para poder fazer essa redução. E como o estado continua na empresa relevante, ele usa a parte do lucro dele para poder fazer essa questão da tarifa. Então, já que eu fico lá, nada mais justo de usar o meu lucro para poder fazer isso foi à forma, O Mecanismo que encontrou para ter seja uma redução aqui de imediato, seja sustentabilidade abaixo dessa Barreira que eu estou falando aqui, ao longo do prazo é isso, está escrito na lei. Isso é algo que tem que cumprir, e é unindo a essa consolidação do bloco que comentei o que é muito importante ao longo do prazo para ter uma



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

sustentabilidade a longo prazo, a extensão contratual até 2060. Então, eu comentei com vocês que a partir do novo Marco, não poderia mais prorrogar contratos de programa. Na desestatização, eu tenho a possibilidade de acordo com artigo 14 do novo Marco de fazer a extensão até 2060, é o último prazo dos contratos que tem hoje. Então consegue fazer essa equalização. Por que isso é importante? Porque eu consigo manter esse subsídio cruzado eu consigo ter a lógica de infraestrutura compartilhada, que pode caindo pouco a pouco. Se não fizer isso, então está falando de hoje até 2029. Agora, o fato relevante 33, se eu não estou enganada, lá da própria SABESP é até 2029, de uma necessidade de 66 bi até 2029. Vocês podem falar assim, poxa, mas pega o lucro que tem hoje? Usa, não dá. A conta pode fazer lá, conta ela não dá o necessário para fazer esses investimentos. E para ainda ter essa preocupação tarifária que comentei com vocês, eu sei que isso daqui pode parecer bobo, principalmente para quem está aqui, mas achou importante, principalmente em audiências em Apresentações que tem feito deixar claro, dá para respectiva do saneamento. E um olhar maior, que está falando, não é? Está falando de da à gestão do recurso hídrico. Como até foi muito bem falado aqui da questão de quantitativo melhorar a questão de outorga, precisa sim. E o DAEE está muito engajado, quer fortalecendo, na verdade, o da enquanto agência que é uma coisa que tem que ser uma agência reguladora de recursos hídricos como é, por exemplo, a ANA, não é? Então ele é responsável pela gestão de recursos hídricos. Vai continuar sendo, na verdade, quer fortalecer o DAEE enquanto agência, enquanto regulador, enquanto melhoria de dados, transparência. O responsável por definir a tarifa hoje ARSESP, ela vai continuar sendo, não é? Então por que coloquei isso? Porque muitas vezes o pessoal falava, entrar um privado vai colocar a tarifa lá em cima, não é? Ele que define não é quem define isso, é a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

agência e o que está fazendo nesse contrato que está elaborando com os municípios. E ter um contrato único com uma parte geral que demais previsibilidade, que seja mais uniforme que hoje não é com 375 anexos, de forma que consiga ter um enforcement maior na questão de penalidade, então é penalizar onde foi mais difícil, é fazer reflexo disso também na tarifa. Dar alinhamento de interesse para poder chegar a áreas que hoje não estão nem no contrato, que às vezes o pessoal fala, poxa, mas vai vim o privado, ele não vai querer em área difícil hoje, essas áreas difíceis já não estão. E muita parte tem alguns contratos que tem, sim, mas tem mais de 1000000 que não está. Então vai colocar e vai amarrar mais ainda para poder chegar nisso. Vou colocar entre aspas aqui, porque é o que quer e é o estado permanecendo, é agência. Olhando o contrato e regulando para que isso aconteça, o dono da infraestrutura não é o titular dos serviços. Não tem mudança também em relação a isso? Continua município no que foi interesse local, continua o município mais estado no que foi o interesse comum, região metropolitana, microrregião e aglomeração urbana. O que está falando aqui é de trazer os investimentos que hoje não consegue fazer. Sem essa conjuntura toda que comentei aqui para poder fazer investimento em bens públicos que continuam públicos, então quando fala, vou acelerar investimento na ETE Barueri para poder ampliar de 16 m³ por segundo para 24 m³ por segundo e conseguir tratar mais esgoto, porque precisa principalmente aqui na região metropolitana de São Paulo. Eu estou falando em fazer mais investimento em um bem que ele continua público. Não existe privatização de bens. São os chamados bens reversíveis. Eles estão em um contrato que vão ter uma sustentabilidade maior até 2060, que vão reverter lá no, no, no final desse prazo, para município é ou o município mais estado está é quem vai operar? O serviço continua sendo a SABESP, com a diferença de que hoje tem 50.3. Então já tem 49,7 que está



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

listado, seja na bolsa, seja na bolsa de Nova Iorque, desde 2002, no novo mercado, para ficar entre 15 e 30 com poder de veto. Para quê? Para exatamente aumentar e antecipar investimentos. Estamos falando em 10000000 de pessoas até 2029 66 bi total investido. Na verdade, está até aumentando um pouco por conta das conversas que está tendo com os municípios das áreas que eles sabem muito melhor que, por isso que é importante fazer essa é só essa conversa, esse diálogo muito próximo de fazer essa redução com os recursos que gera na transação, no mínimo 30% mais o lucro do estado, que vai permanecer. E conseguimos fazer uma melhoria na qualidade da prestação do serviço. Isso aqui não vou me detalhar muito, não é só para entender a externalidade positiva que o saneamento traz, não é? Então os 10 bi que está falando a mais de 56, que é o plano atual, até 60 são até 66 está falando de 10 bi, que são cinco vezes da questão de saúde, não é? 5050 bi, aqui só é saúde, produtividade, economia. Isso são dados da OMS. E isso tem muito a ver com questão de impacto em mortalidade infantil em doenças de veiculação hídrica. Enfim, tem várias externalidades positivas que consegue fazer. E ligações diretas por dados de OMS de ONU. Como está o meu tempo aqui? Só falando um pouquinho, que é que eu acho que é uma confusão que tem muito. Acho que saiu só para porque muitas vezes o pessoal fala aquilo que comentei, poxa, o estado de São Paulo está fazendo uma desestatização. E o mundo inteiro estar estatizando? Não é isso, ta? Eu acho que precisa, e eu posso citar muitos, muitos casos. Que eu vou citar só alguns, mas pode detalhar todos é se olhar, por exemplo, Paris. Não vou nem falar França falar Paris a Paris fez a remunicipalização? Em 2009, o que aconteceu lá na década de 80, teve todo um processo, um processo complicado, sem transparência, sem licitação. E que acabou gerando uma série de problemas ao longo da concessão, que eles usaram índices



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

descolados da inflação. Então a tarifa subiu muito e acabou que um ano antes do prazo da concessão, teve a reestatização. Que acontece hoje com o Paris se for olhar, ela congelou tarifa e congelou o investimento. Hoje, para ter uma renovação da infraestrutura lá está falando em 500 anos pelos estudos que isso acarreta? Quando foi feita a concessão, na década de 80,90, pulou a redução de carga da água de perda de água de 24 para 4%. Então, tiveram de fato muitos investimentos, tiveram muitos problemas, mas tiveram muitos investimentos também. Hoje, a perda de água em Paris é uma das maiores do mundo, então é porque, porque congelou o investimento, se olhar ainda na França, ao redor de Paris, tem 144 municípios para cujos serviços são prestados pela iniciativa privada na França, só na França, a média de contratos com a iniciativa privada, com operadores privados é de 700 por ano, a média, sendo que lá tem mais de 4700 contratos firmados com a iniciativa privada. Estou falando isso para mostrar que precisa se aprofundar nos casos para entender o que aconteceu em Berlim. Teve um desalinhamento de interesse lá é Buenos Aires. O pessoal vinculou a tarifa com dólar, nós não vamos fazer isso aqui. Washington, se olhar, disse que o pessoal falar é uma boa prestadora pública de fato, mas o que aconteceu lá? Teve necessidade, muito investimento. A tarifa entre 2003 e 2014 subiu de 39 USD para 64. Foi um aumento de cerca de 4,5 a 12% por mês. Por quê? Porque tinha que fazer investimento. Por que não vai acontecer isso aqui? Porque estamos criando um fundo para conseguir fazer essa sustentabilidade ao longo do tempo, então foi estudando tudo o que aconteceu em outros países. E o contexto, o contexto da Europa, Portugal pessoal, fala o que aconteceu em Portugal? Eles fizeram isso que está fazendo lá atrás e agora é como se tivesse chegando lá em 2060, num contexto de é, eu estou todo universalizado, eu tenho todos os investimentos. Será que eu



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

consigo prestar o meu serviço de forma sozinha? E tem que voltar a nossa realidade e ver, poxa, eu tenho uma infraestrutura compartilhada e uma lógica de subsídio cruzado que é muito importante observar e preservar então. Precisa estudar todos os casos, o que fez nessa fase zero, que eu comentei com vocês. E precisamos criar vacina. Por que deu errado e também olhar, por exemplo, que o Chile fez que deu certo em questão de alinhamento de interesse para a universalização acontecer mais rápido e ver a nossa particularidade do estado de São Paulo, então assim, é isso. Aqui são alguns pontos, só que foi olhando de reajuste de tarifa, modelo regulatório, benefício de escala Paris mesmo que eu comentei, ela fatiou todo o ativo, ela fatiou a área geográfica. Que não quer, não quer fazer aqui, quer consolidar o bloco da SABESP, preservar a integridade. Então uma série de pontos que pode detalhar. Teve o PL, não é a lei que foi aprovada há duas semanas, trouxe só os principais pontos aqui para discutir o que fala a lei. Não, ela autoriza a de estatização, ela coloca diretrizes que vai precisar seguir. Então, diretrizes de inclusão de áreas rurais e núcleos de urbanos consolidados. Antecipação para 2029 essa redução e colocou essa lógica que falei lá do limite, de nunca ultrapassar o que seria a tarifa enquanto SABESP pública, escrito lá na lei a questão do Golden, do veto, não é? Não pode mudar nome da companhia da sede do objeto de ter um controlador privado. Não pode a estabilidade para os funcionários num período de 18 meses é algo que costuma fazer muito em estatização. E achou importante colocar na lei, desde já, até para dar uma sinalização e só para é falar um pouquinho também dessas rodadas que está fazendo muito com os municípios, teve uma preocupação também de chamar superintendente gerente sem fim o pessoal da própria SABESP para conseguir explicar um pouco disso aqui que está falando, e fez uma primeira rodada com o governador, inclusive pela importância do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

tema. Chamamos todos eles pediram para fazer aqui um detalhamento dessa forma que está fazendo aqui, fez aqui nessa sala, inclusive colocamos uma pesquisa para o pessoal anônimo, para o pessoal, falou assim, qual é a preocupação? Quais são os pontos que preocupam? Estabilidade foi uma delas, colocou via emenda na lei, fundo de pensão, terceirização. Enfim, isso apareceu esta fazendo com eles grupos, cinco grupos, de discussão. Fizemos um já semana passada, vai ter outra semana, estamos fazendo escalonado para conseguir entender a preocupação. Muitas já tem no radar, mas muitas ninguém melhor do que os próprios funcionários para falar e conseguir amarrar você já no contrato. Ou seja, estatuto, seja nos documentos da operação, par conseguir também qual é a nossa preocupação maior agora, valorizar o funcionário para não perder aqueles funcionários vai fazer muito investimento, quer que a SABESP vire uma plataforma multinacional, então vai precisar dos funcionários e até demais precisa reter o conhecimento, reter as pessoas, e precisa saber como é que faz isso e ninguém melhor do que os próprios funcionários para falarem isso. Então é algo que tem organizado para fazer em conjunto e já deixar preparado tudo para não ter uma insegurança que sabe que é normal, que tenha, é em processos como esse. E Rui, você falou, eu fiquei pensando só para te responde por quê. É porque eu falei, eu vou falar depois. Teve a minha preocupação eu até estudei muito fundo. Que o senhor mencionou, não é só que falou assim, é mais fácil até pela pegou fundos que dão certo hoje. Que já tem uma sistemática já estabelecida, porque aquele lá é de uma lei que Ela Foi praticamente toda revogada e falou bom, vamos criar um fundo de fato para a universalização do saneamento no estado de São Paulo? Só para explicar um pouquinho, qual que foi a preocupação deixou saneamento básico. Tão amplo para ter os quatro componentes. E



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

num primeiro momento, principalmente porque vai fazer muito investimento focado na questão da tarifa dos contratos do, que for proveniente desse processo que estamos falando. Porque para ter esse cuidado de olhar a modicidade tarifária, de ter essa redução, só que deixando de uma forma que consiga fazer além do subsídio, endógeno. Aqui dentro, manter olhar a longo prazo também é tendo condições de fazer isso. E óbvio, vai depender da do valor das ações. Vai depender de uma série de coisas de olhar um subsídio exógeno também. Então por que achamos interessante fazer esse mecanismo primeiro para deixar transparente. Todo ano vai ter que ter prestação de contas, mandar para o tribunal de contas. Tenho certeza que doutora Alexandra vai me pedir também, vai mandar para o Ministério Público todas as informações. Então, para ter essa transparência, algo apartado mesmo dentro, óbvio aqui, da estrutura do governo do estado. Mas para não ter aquela é do que falar. Do fundo deixou excepcionalizado isso na lei e também para ter uma lógica que, de olhar a modicidade tarifária dentro da dos 375. E tem a possibilidade também é lógico, colocou o conselho de orientação, vai fazer regimento interno, vai deixar tudo de uma forma muito Clara para ter a governança correta desses recursos, tanto para a modicidade quanto olhando saneamento como. Foi à forma Rui que encontrou hoje em dia, de conseguir ter a fonte e colocou dois além das Fontes normais de qualquer fundo. Tem várias fontes lá que sabe que muitas vezes fica a mercê. Colocamos 30% do valor líquido mínimo do valor líquido obtido com a operação das vendas, mas o lucro do estado que vai continuar. Então, uma vez que o estado continua o lucro dele, vai jogar no fundo, para conseguir fazer, seja subsídio endógeno, principalmente nesse primeiro momento. Nesse ciclo, até 2029, para a universalização, seja o exógeno também para olhar os 645 municípios, no estado de São Paulo, é então, teve essa preocupação, é a foi a forma de fato d



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

conseguir unir tudo isso e ser transparente, colocando uma previsão também em relação à questão de casos de emergência, calamidade pública com amarra que achou importante para não virar bagunça também de ser reconhecido por decreto do executivo. E de poder utilizar também nesses casos, muito pensando, por exemplo, no que aconteceu em São Sebastião. Lógico, vinculou com saneamento e saúde pública para também não ficar algo muito fora do escopo aqui do projeto e instituiu o conselho de orientação, formado aqui de membros do poder executivo, estadual, com dois notáveis que colocou lá mais ou menos na lógica do que já tem no de energia também para poder fazer parte. Isso tudo também vai fazer em conjunto com a própria URAI que é a unidade regionalizada que quer efetivar o conselho deliberativo, conselho executivo para ter as governanças, as instâncias de governança, trabalhando muito próximas, cada qual com a sua competência, para dar mais transparência para a população que está fazendo e conseguir caminhando nessa agenda de saneamento aqui com aqueles objetivos. Eu acho que eu não vou isso daqui tinha colocado muito quando teve aquele programa do problema da Enel, não vou me ater muito aqui. Se quiserem depois o detalhe, porque o pessoal começou a confundir muito e falar vai acontecer com a SABESP, que aconteceu com a ENEL, não é? Particularidade que a infraestrutura é diferente. O saneamento é mais resiliente porque já é subterrâneo, praticamente o grande problema que teve em distribuição foi à queda. O manejo arbóreo, queda de árvore, porque ela é mais exposta à rede de distribuição e até a questão de armazenagem, a nossa já é mais resiliente também, é difícil você fazer armazenamento com bateria, não é? Então tem uma resiliência maior. E, o que está conversando muito com os municípios. Aproveitando essa, esse slide, já tem uma regulação e fiscalização mais próxima, não é? A distribuição ela é mais longe, querendo ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

não, ela é do governo federal. Estamos falando aqui em fortalecer a regulação, a fiscalização, principalmente nos contratos. Então estamos fazendo muito próximo dos municípios maiores. Precisamos de gradação, de penalidades. Precisa de incentivo de interesse, até porque é tem que fazer essa universalização. Até 2029, que foi o que se comprometeu colocou na lei e precisa alcançar áreas que hoje estão fora dos contratos. E iremos criar planos com um plano regional de saneamento que vai sair desse processo também. E seremos atualizados em cinco anos no âmbito da unidade regional. Plano de resiliência é indicador de tempo de restabelecimento, serviço, uma série de coisas para se preparar também para esses eventos que estão ficando, infelizmente, cada vez mais frequentes. Tinha colocado algumas perguntas e respostas aqui, mas são as que sempre aparecem. Na verdade, não vou já falei um pouquinho só para deixar claro, aqui de próximos passos. Porque o pessoal fala muito assim, poxa, vocês fizeram uma audiência só não vou fazer mais audiência que teve lá na assembléia. Do poder legislativo, foi algo até que nem é obrigatório, mas que é o pessoal falou assim, vamos fazer claro, está aqui para poder falar, explicar, ouvir, mas no nosso processo, desde o início já tinha previsto uma fase de audiência e consulta pública vai acontecer provavelmente fevereiro, por é o que está pretendendo no final de janeiro, mandar os documentos para os municípios que está construindo com eles a abrir consulta, audiência pública e quer fazer de uma forma muito organizada, de forma que tenha contribuições técnicas. Eu gostaria muito, Dra. Alexandra, do próprio Ministério público, participar também das audiências judiciais. Todo mundo sabe, para ficar junto, para ver, para olhar, para poder criticar, contribuir, porque esse tipo de processo de fato precisa de muito diálogo, precisa ouvir. E estamos aqui para isso. Então vai ser muito importante essa fase. Deixamos aqui todas as portas da Secretaria aberta, seja



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

para quando acontecer, seja nesse período, porque é o que queremos acertar e melhorar o saneamento no estado de São Paulo. Não, não precisa nem ter dúvidas. E queremos fazer isso em conjunto com vocês, então fica aqui também o compromisso de, sempre atualizar o conselho quando tiver as datas, manda, faz informe e vai atualizando vocês também até o final do processo, depois, enfim, fica totalmente à disposição. Obrigada.

Cesar - Obrigado secretária.

Ester Feche Guimarães – AESABESP - Primeiro agradecer a exposição e dar bom dia a todos aqui presentes, a todas e todos. Eu queria primeiro fazendo uma declaração, eu estou aqui representando a associação dos profissionais universitários da SABESP como presidente eleita, fui aqui então trazida, motivada pela força do trabalho para os trabalhadores da SABESP. O primeiro ponto que eu quero registrar é que se a privatização for fazer com a SABESP o que esta gestão atual está fazendo, eu diria que a população de São Paulo está prestes a viver um pesadelo, porque a SABESP foi totalmente desmobilizada. Foi totalmente fragmentada, passou por um processo de reestruturação que levou os funcionários para lugar nenhum, colocando em todos os trabalhadores por uma situação de limbo existencial. Os programas interrompidos e agora começa a viver um processo franco de terceirização, que é o que nos mais traz problemas. Hoje é a falta de contratação de funcionários e a terceirização. Sem um programa qualificado de terceirização, que acaba levando há muitos problemas à população e hoje a proposta futura da SABESP é terceirizar sistemas complexos, como tratamento de esgoto, tratamento de água e até mesmo o sistema comercial, que é o coração financeiro da empresa. Então eu quero dizer que se a proposta de privatização da SABESP for o modelo que a empresa vive hoje, escrevam todos vocês da sua agenda, nós



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

estamos prestes a viver um pesadelo. Outro ponto que eu quero trazer para vocês não é só a título daquilo que há, há secretária trouxe é que as favelas a sempre estiveram presentes nos contratos de prestação de serviço. Elas nunca estiveram fora porque as favelas estão dentro das áreas urbanas por estarem nas áreas urbanas, sempre foi papel da SABESP atender. E para isso, hoje nós temos um programa que faz muito sucesso. Um que está paralisado, dependendo desta casa para dar andamento, que é o programa, se liga na água. É se liga na rede que está paralisada, aguardando o andamento do projeto. Até seria bom se a secretária pudesse nos dizer o andamento desse programa. E outro segundo, que é o programa água legal, que foi contra atualizado com o banco mundial e que corre o risco de se extinguir. Assim, que a SABESP for privatizada, porque o modelo contra atualizado com o banco mundial foi para a empresa pública. Na hora que ela é privatizada, tem que ser feito a recontração desse modelo que é hoje o sistema que nós estamos levando e atendendo milhares de famílias nas favelas de São Paulo, onde nós não atendemos hoje. Saneamento em São Paulo nas áreas com risco geológico, áreas e desligamento que são encostas, Morros, fundos de vale, áreas de inundação próxima, a mananciais a, represas, APM, SAPPS, porque existe uma lei ambiental que nos impede de entrar e depende, então, de políticas públicas municipais para que essas áreas sejam atendidas. Não é uma questão de descaso da SABESP ou falta de investimento. As favelas, as áreas urbanas ocupadas consolidadas e não consolidadas já estão no planejamento da SABESP. Hoje não precisa privatizar para isso. Onde nós não atendemos com saneamento, eu vou usar um dado muito importante da secretária. Ela disse que nós temos 66% municípios universalizados. Eu só quero fazer uma observação do meu ponto de vista os contratos da SABESP prevêm as áreas urbanas. Hoje, todos os contratos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

programa da SABESP focados nas áreas urbanas não inserem as áreas rurais. O que significa, então, que 310 municípios de São Paulo atendidos para SABESP foram além do que foi contratado e atenderam também as áreas rurais. Não que nós temos apenas 66 municípios que foram universalizados completamente é que a SABESP presta um serviço tão qualificado que ela atendeu a área central. As áreas urbanas foi para além do que está no contrato. E atendeu as áreas rurais. Então, nós temos 66 municípios que comprovam, para além da eficiência da SABESP, o nosso empenho enquanto prestador de serviço em atender toda a população e eu acho que isso é um mérito muito grande de uma empresa pública que não visa lucro. Outra questão que eu quero também levantar são as áreas rurais. Por que as áreas rurais nunca estiveram nos contratos de programa? Porque para isso é necessário que os municípios tenham então os seus contratos, seus planos de saneamento e no plano de saneamento municipal, o prefeito precisa prever as áreas rurais. Se o prefeito não prevê, não entra no contrato de programa, então para que essas áreas rurais entrem, é necessário que haja então a revisão de todos os planos de saneamento do estado atendidos pela SABESP em todos os municípios. Porque a partir da revisão do plano de saneamento e essas áreas, estando no plano de saneamento municipal, é feito. Então essa contra atualização com a prestadora de serviço, então nós não atendemos porque não estava nos planos de saneamento se estivessem, assim como alguns municípios fizeram, a SABESP teria atendido. Então é necessário que hoje os municípios do interior fiquem atentos em elaborar seus planos de saneamento, porque se nós não conseguimos reverter à privatização da SABESP, é importante que vocês tenham esses dados na ponta da caneta para fazer a devida cobrança no momento certo. Outra questão que eu quero também lembrar aqui é que nós não temos uma política de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

saneamento rural no estado de São Paulo. Nós sequer temos a estatística de quem são, onde estão e como elas vivem. E para fazer um atendimento qualificado do rural, não se faz com rede, porque é um sistema isolado, é um sistema caro, dispendioso, que muitas vezes, na grande maioria não é rentável, por isso que não entra nas contas com facilidade. E hoje a população do Brasil que não tem atendimento e não só no Brasil, como muitos países do mundo que não tem atendimento, porque a questão do rural não afeta só a população brasileira. Então, nós precisamos ter um estado, uma política de saneamento rural e nós precisamos ter aqui parâmetros de atendimento e um atendimento qualificado, setorizado, porque o rural não é igual, o rural mudo de região para região de característica em cadastro. Críticas específicas de mobilização e organização social. Então para que não caia naquele engodo de sempre que vivemos hoje, em que o estado vai bota a infra estrutura, a população não sabe gerir, perde-se todo o dinheiro da infra estrutura e a população continua tomando água contaminada, que é o que acontece hoje em muitas regiões do estado de São Paulo. Então nós temos que ter não só uma análise aprofundada do perfil desta população, mas o modelo de implementação modelo de gestão desses sistemas, para não perder investimentos futuro e a população continue sem atendimento. E eu quero fazer uma pergunta para a secretária com relação à revisão tarifária, porque ela disse que nós temos hoje, não está em andamento uma análise dos parâmetros de regulação no estado. Hoje, a SABESP faz revisão tarifária. Ela atualiza a recuperação tarifária a cada quatro anos. Eu quero saber se isso vai se manter. Também quero saber se os ganhos de eficiência serão considerados para a redução de tarifas, porque hoje essa se considera ganhos de eficiência, mas em muitas regiões que o saneamento foi privatizado, os ganhos de eficiência foram retirados da regulação. Porque o ganho de eficiência, ou seja,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

economiza um investimento. Mas não repassa essa economia para o cliente e o aumento tarifa da forma como eu quiser hoje eu saber esse trabalho com o reajuste mensal anual de tarifa, com reposição de inflação e um re enquadramento tarifário a cada quatro anos. Por quê? Porque a cada quatro anos tem uma métrica mais específica e mais analisada para você fazer. Então, essa recomposição tarifária é quero trazer também e louvar com muita, mas sim. Olha, louvo. Louvo alguns municípios, alguns estados desse país pela sua preocupação com a população, pelo seu olhar, pela população e pela eficiência desses estados, que é o estado de aqui. Eu tenho um estado do Paraná e a Paraíba que eles fizeram com muita eficiência. Eles prolongarão os contratos de programa, renegociaram com os municípios em privatizar o setor de saneamento, sem privatizar suas empresas prestadoras de serviços. Eles conseguiram prorrogar, inclusive abdicou judicializou o caso da Paraíba e foi voto vencido no STF. Então eu quero aqui louvar a eficiência desses estados e a preocupação que eles tiveram então com a sua população em fazer o reequilíbrio, em fazer aprovar o prolongamento desses contatos, a prorrogação desses contratos, sem necessariamente ter que privatizar o saneamento nos seus estados. Eu acho que temos que levar e também quero lembrar o caso de Tocantins, que privatizou, e após privatizado, devolver os 49 municípios não rentáveis. Privatizou, ficaram com lucro e os municípios que não eram rentáveis, foram devolvidos para o estado. Para que o estado criasse uma companhia de saneamento, para poder tocar os municípios não rentáveis, eu faço votos que isso não aconteça com o estado de São Paulo. Também quero lembrar que um dos maiores exemplos de privatização que nós tivemos foi no governo Thatcher, quando ela fez a primeira privatização do saneamento no mundo, que foi na Inglaterra. O governo neoliberal de extrema-direita privatizou. Parecia naquele momento que o ovo da galinha não é



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

tinha sido encontrado o ovo de ouro, só que ao passar dos anos, a população inglesa sentiu na pele o que é a privatização do setor de saneamento, com aumentos abusivos de tarifas, má qualidade na prestação de serviços e o rio Tamisa, o qual foi o nosso modelo para o Rio Tietê em São Paulo. Nós somos estudar o modelo despoluição do Tamisa para que empreendessem algo melhor aqui no estado de São Paulo, através do programa de despoluição do Rio Pinheiros. Eu lamento informar vocês que com a privatização desses últimos 40 anos, o rio Tâmisia está semelhante ao que era antes de toda a despoluição. Por quê? Porque não houve, não houve um adequado tratamento dos esgotos e a população chega a ter problema de refluxo, de retorno de esgoto nas residências na Inglaterra e um lançamento de esgoto sem tratamento aumentou de forma tão desproporcional que o Tâmisia hoje e era um modelo disposição no mundo, voltou a ser poluído e tem que olhar para esses dados e também torcer para que isso não aconteça no nosso estado. Quero aqui também lembrar. São Paulo, que hoje diz que não vai poder, que não quer fazer parte, eu espero Secretaria falou de coração, eu desejo que os municípios de São Paulo, Osasco, a região do ABC e baixada santista não entra nessa questão da privatização, que eles tenham capacidade administrativa, financeira de se manter em companhia de saneamento públicas, porque com o advento da mudança climática e que os riscos nós temos, as exposições das mudanças climáticas tendem a aumentar. Nós não sabemos o custo que vai ser para a população. E sou importante que os estados e municípios tenham um olhar ao benefício, que é o setor de saneamento básico, então eu torço para que esses municípios fiquem alerta com relação aos seus ativos, que são os seus contratos ativos já instalados e que ordem para a sua população e que não se deixam levar tão facilmente porque são possíveis, sim, eles podem contratar a comprar água, assim como São Caetano faz



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

comprar água tratada e pode pagar pelo tratamento de esgoto nas estações de tratamento de esgoto. Então, sou possível que haja, sim, no meu ponto de vista, eu sou sociólogo e não engenheira que esses municípios se mantenham em suas companhias municipais e que eles cumprem a água e que eles tratam seus esgotos e mantém um serviço de qualidade e eficiência nos seus territórios. Só para finalizar, eu sei que me alonguei um pouco. Porque esse é um tema que me apaixonou muito. Eu estou na SABESP já muitos anos, vivi, cresci com essa empresa sonhei com essa empresa. Tive nela todas as experiências possíveis. Amassei barro, visitei favela, eu conheço todas as favelas de São Paulo. E como eu conheço todas na baixada santista, conheço a miséria do interior conheço a miséria das, das populações que não têm saneamento no interior de São Paulo. Conheça as condições precárias de atendimento a comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas. Então eu conheço São Paulo e todas suas agruras, todas suas dificuldades em termos de saneamento, tanto rural quanto urbana. Não é por isso que eu sou apaixonada e defendo a SABESP, como uma empresa pública eficiente, porque eu acho que nós temos capacidade de sem a necessária privatização. Poderíamos investir, porque eu fico também preocupada com os números 66 bilhões em quatro anos, como nós vamos contratar? Eu peço aqui para Lineu que é engenheiro antigo da SABESP, que ele diga para mim, é possível investir 66.000.000 em quatro anos? Lineu, você como engenheiro da casa que conhece todo o processo de contratação, como investe em 66 bilhões em quatro anos. Eu quero que assim seja uma pergunta mesmo, porque eu tenho dificuldade, porque perguntando para os engenheiros da SABESP, eles me falaram Fran, até 15 bi consegue. Será que conta até 15? Não até 10 bi, consegue fazer anual contratar, porque tem que ter projeto, tem que ter isto, tem que ter investimento, tem que ter uma série de coisas que não vai fazer em menos de um ano sem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

muita sorte. Em um ano faz todos os projetos e contrata. E mesmo com a possibilidade de não haver licitação, porque o atual presidente da SABESP diz, a partir de julho do ano que vem, não haverá mais licitação. Agora nós vamos contratar as empresas livres no mercado, mesmo que ele faça, a não ser que seja um projetos muito mal feitos, feitos assim com sem a devida atenção ao processo de saneamento, que é complexo e muito, muito mais complexo do que a prestação de serviços da ENEL, dada ao fato deles estarem subterrâneos e licitações enormes de tratamento, não existe no mundo duas vezes e nenhum duas estações elevatórias de água de Santa Inês só tem uma no mundo e está aqui com a SABESP, construída há muito tempo para atender essa população, então eu entendo que todas essas questões, que foram colocadas pela secretária, elas merecem uma reflexão mais aprofundada. E encerrando a minha fala e eu peço perdão até pelo alongamento, mas como eu disse para vocês, eu sou apaixonada pelo setor de saneamento, eu quero deixar aqui, eu vou ler. É um trecho de uma matéria maravilhosa que saiu esse final de semana, escrito pelo Douto professor doutor Gustavo, da universidade aqui de direito do largo São Francisco. Que ele diz assim. Ademais, é imperioso relembrar uma terceira, é desculpa dito isto, a SABESP é uma empresa essencial ao setor de saneamento no estado mais populoso do país e uma desestatização às pressas. Pode ser contraproducente à medida que o rito do PL é, é muito mais simplificado em detrimento ao rito da aprovação de uma PEC que era originalmente que deveria ter passado pela assembléia. Era uma alteração da Constituição, porque o artigo, exatamente o artigo 216, diz o estado assegurará condições para a correta operação necessária, ampliação e eficiente a administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionárias sob seu controle acionário. É isso o que diz a Constituição Paulista. Mas o que foi aprovado foi um



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

projeto de lei. Então, quando ele diz isso, ele fala sobre esse processo açodado, em que não há uma ampla discussão com a sociedade. E ele quando diz dito isso, é o PL muito mais simplificado em detrimento ao rito de aprovação de uma PEC, enquanto uma emenda constitucional requer quórum de 3/5, a casa desativa, optou. Não é pelo modo mais simples, de toda maneira, para além da discussão formal em torno do rito mais adequado ao processo legislativo, é imprescindível lembrar que o tema deveria ter sido devidamente estudado, inserido em uma rede ampla de debates, inclusive mediante a integração de representantes da sociedade civil como mecanismo de democracia participativa desprezar a centralidade que a sociedade civil deve ocupar nas discussões significa subtrair parte da legitimidade de uma proposta tão impactante na vida dos usuários dos serviço essencial do saneamento básico. É com essas palavras que eu encerro a minha fala. Muito obrigado a todos pela atenção. E a secretária também. Obrigada.

Secretária - Obrigada, Francisca. Vou pontuar o que você comentou só para esclarecer. Bom em relação ao primeiro da questão forma da SABESP, a questão de reorganização. Não vou comentar muito, porque eu acho que diz respeito muito à reorganização da SABESP, o que eu posso colocar aqui? Francisca, é que é sempre à disposição para discutir, abrir diálogo. Ouvir é sempre ótimo ter esses pontos, até para esclarecer, então acho que aqui é um momento. Depois também está sempre à disposição da parte aqui do processo. E se precisar também fazer a interlocução com a SABESP, dessa questão de reorganização que você comentou que eu sei que para o pessoal está desde o início do ano fazendo com base em estudos anteriores também que eu saiba de alguns anos, mas, enfim, vou focar mais aqui no processo. Em relação à que você falou de áreas urbanas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

áreas rurais, não é? É o que temos visto primeiro, não é a questão de diagnóstico mesmo. Então todas as todos os municípios que tem batido um a um, tem tido essa preocupação, inclusive quando manda para eles, coloca assim, olha, vai ter o cuidado com a área em risco. Área que é que não é consolidada e, por exemplo, vê, é seja Franca que o pessoal fala que é universalizada, mas tem domicílio fora. Então parte de 4500 domicílios que estão fora até mais de 5000 que está vendo com o município médio Tietê. Mais de 100000 domicílios em que estão fora é município Aquino, no município de São Paulo, mais de 30000 domicílios na zona sul. Questão de mananciais também que tem tido uma preocupação muito grande, seja para olhar quem está fora, seja também para direcionar as políticas públicas de uma forma correta. O que não pode saneamento, questão de habitação. Tudo bem, agora o que não tem que tem visto sim, que está fora dos contratos e de novo, não é por uma questão da SABESP não fazer os investimentos. De jeito nenhum, é o é o que está no contrato o que está no contrato, por isso que tem essa preocupação de rever o contrato e colocar os incentivos corretos e uma preocupação que teve também. Se vocês olharem na lei, foi inclusive com se liga na rede, então colocou se liga na rede, que é um programa que ele ajuda muito essa questão da universalização dentro da do próprio município, para ele ser custeado também pelo fundo, no âmbito do fundo, porque o que acontece hoje fica a mercê do recurso público que sabe que é escasso. Então tem uma crise não só no estado de São Paulo. Se formos olhar na união, os municípios estão passando por dificuldade e que uma vez você é depende e é o que acontece também é hoje em dia. Se formos olhar não só na parte de saneamento, tem uma dificuldade orçamentária que tentou mitigar até pelo fundo, que eu comentei o Se liga na rede está escrito lá, teve essa preocupação de colocar para dar continuidade de uma forma até mais apareceu



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

os municípios e tem essa preocupação de deixar tudo bem transparente e em conjunto com a CETESB. O que já está fazendo aqui em paralelo, é como sabe que não é muita, não é a rede que vai chegar lá, que sabe que não tem uma viabilidade econômica, financeira, mas hoje tem tecnologias. Muitas vezes tem a questão do licenciamento ambiental, que o que a CETESB está falando está estudando, está aqui em conjunto, olhar o que precisa fazer esse eu tenho uma unidade familiar. Não precisa de licenciamento ou se eu tenho determinado sistema coletivo, o que eu preciso fazer. Já deixar normatizado para dar uma segurança jurídica, uma previsibilidade maior para ter investimento e ter de fato o que quer que aconteça naqueles locais específicos. Então já deixa um arcabouço também preparado, que vá ao encontro do que está colocando nos contratos que hoje então fora, está é em relação a áreas urbanas, rurais, é você falou da questão dos bancos, do financiamento. Isso é interessante comentar, inclusive em relação à lógica da tarifa, que você perguntou, o que acontece hoje? Por que a SABESP é pouco alavancada? Porque de fato, ela não consegue, apesar de ter esses financiamentos, mas ela não consegue alcançar financiamentos, ter capital de terceiros, em mais alavancada do que empresas que são privadas e por isso elas não conseguem competir tanto nos leilões como estava falando a partir do momento que eu deixo de 50,3 para algo entre 15 e 30, eu começo a tirar essas amarras. Eu começo também ter acesso a outro mercado, e é o que acontece hoje em relação à tarifa, que é algo que vai deixar mais rígido, mais amarrado. Hoje, a SABESP cobra, e depois ela faz. Então, o que queremos é fazer um alinhamento de interesse, de forma que eu vou colocar na tarifa que fiz. Isso é importante por questão de alinhamento, de interesse. E como vamos fazer isso? Principalmente no primeiro ciclo, primeiro segundo ciclo, que vai ter muito investimento, não vai olhar só de quatro em quatro anos quer



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

olhar anualmente para quê? Para ter um controle maior das metas, inclusive indo ao encontro do que o novo Marco fala que eu preciso ter metas anuais que hoje eu não tenho nos contratos e vai olhar, seja anual, seja regional, seja por município, também é e colocar junto da SESP um certificador independente para ajudar também a olhar aos investimentos que são feitos não só no aspecto financeiro, que muitas vezes é o que acontece também no aspecto físico. Então eu tenho um certificador. Olha, a partir do momento que vi que fez, sim, eu cobro do usuário, então é esse é uma coisa que está estudando junto com a CESP para ter um alinhamento de interesse maior para de fato ter a realização dos investimentos. Então é, na verdade vai ter uma mudança que está conversando com a agência para ser mais eficiente nesse ponto também que hoje é uma questão é que gera o que gera controvérsia. Se toda a revisão que tem sabe que tem discussão, acesso para SABESP é uma coisa que está querendo já colocar no contrato para conseguir dar uma previsibilidade maior. E sim não adianta só eu colocar no opex, capex já vai ter esse alinhamento. E não adianta só falar, vou compartilhar 100% se eu não incentivo à eficiência, como eu incentivo melhor isso, inclusive, se eu for fazendo ao longo do tempo, estimulando mais ganhos de eficiência compartilhados ao longo do tempo, que é uma coisa que está querendo também amarrar no contrato. Para quê? Para dar previsibilidade para a sociedade e também já direciona a já dá um norte melhor escrito. Colocado posto para agência ao longo do tempo, não pensando só em 4 anos, 5 anos, 6 anos, não pensando até 2060, pensando a longo prazo, porque a infra estrutura política de estado não tem como só focar aqui no tiro curto, e até é essa questão de ser lucrativo. Eu comentei um pouco aqui, ela hoje já até por conta da abertura que fez desde a década de 90, desde 2000 de ter entrado no novo mercado, ela também consegue mais esses investimentos e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

até por isso que muitas vezes não SABESP. Ela já tem a cabeça de empresa, não é? Estava fazendo, universaliza aqui em paralelo. E tem conversado muito com os municípios, até para ver boas experiências. Até nessa linha de Jundiaí tem um já é universalizado e foi conversar com o município de Potim, 26000 habitantes, que também fez concessão lá e até falou olha, quando a SABESP era podia fazer contrato de programa, ela nem quis entrar aqui, então assim também já tem o que está com a preocupação é de, de fato amarrar, colocar dentro e de um alinhamento para ser feito. Então além de colocar o que está fora, é dar um alinhamento para esses efeitos. Então eu falei da questão da revisão. Aumento a prorrogação dos contratos, o caso que teve lá no Paraná, o pessoal fez muito com base no decreto que foi suspenso pelo Congresso Nacional. E você cria uma insegurança jurídica muito grande no mercado, não é? É o novo Marco. Ele teve quatro ações diretas de inconstitucionalidade que foram todas julgadas improcedentes. Falando muito sobre essa questão da vedação de prorrogação do contrato de programa, é das novas licitações, seja pelo que está escrito, tem três hipóteses, se você for olhar de prorrogação no novo Marco, uma hipótese de quando você está com o processo licitatório você prorroga para equalizar o prazo. Tem essa, tem essa, essa possibilidade, tem uma outra possibilidade de reequilíbrio. E ele é muito claro quando ele fala dos contratos licitados, ou seja, quando eu tenho um processo licitatório, depois sim, eu posso fazer um reequilíbrio por meio de prazo e uma recomposição que está previsto na 8987 também é em virtude de processos licitatórios, uma vez que a licitação é regra, está posto em todas as constituições, na federal, nas estaduais. Isso é até em virtude da transparência que passa para a população. Não é a questão de licitação na Inglaterra que foi colocado aqui, qual foi o problema? Lá é um modelo muito diferente no nosso lá teve de fato privatização



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

do bem não está privatizando nenhum bem, como eu coloquei na verdade, são todos os bens reversíveis que estão dentro do contrato de concessão, cuja titularidade é do município. O município mais estado, eles tiveram um foco na Inglaterra, muito no alto. Então eles colocaram, eles focaram muito na meta e não olharão o que está fazendo com os municípios de ir anexo por anexo, colocando as obras principais, tendo o cuidado de não amarrar a tecnologia para não ficar preso no tempo. Então nós estudamos muito também. O modelo da Inglaterra é bem diferente. Eles têm esse foco, que é um foco que fazendo por meio dos anexos com os municípios e até São Caetano, que foi comentado aqui, até por estar em região metropolitana, tem conversado muito com eles, porque isso eles vão fazer a licitação e eles estão assim, preocupados. Exatamente pela lógica do compartilhamento de infraestrutura . Então hoje é isso, eles já fazem uma compra já de água bruta e do tratamento e isso é ineficiente. Se olhar no todo na cadeia, não tem como desconsiderar isso é natural do saneamento, não é? Então temos conversado muito com eles, inclusive das preocupações de São Caetano, que é co titular, querendo ou não da prestação de serviço. A questão dos 66, bilhões no pessoal, foi olhar o plano. Olharam muito as dificuldades operacionais, também a questão de engenharia, a questão das amarras, que, querendo ou não, sim, perde quando faz essa de 15 a 30, olhando o que tem que ter, políticas de contratação, políticas de é de terceirização responsável, o que vai acontecer ali com a ENEL que está tem estudando junto lá da SABESP tem essa preocupação e tem um olhar muito no que consegue fazer para acelerar de forma responsável. Porque hoje você passa mais de 180 dias de fato, e isso gera um custo de transação, o custo de transação que você perde. Quando você faz esse tipo de desestatização, então esse valor é considerando tudo e considerando uma coisa que hoje não acontece muito. Hoje temos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

375 contratos, vários planos municipais de saneamento, um plano de investimento com a CESP . Eles não conversam então eles precisam conversar e é isso que está colocando. Em relação a PEC é a Francisca leu bem, não é? Então eu vou fazer só para deixar claro aqui em relação, não é nem interpretação. Porque você pode tanto textualmente quanto numa, por uma leitura sistemática da lei em conjunto com a Constituição estadual, em conjunto com a com a Constituição Federal e com o novo Marco. É o artigo 216 da Constituição estadual. Fala sobre o plano PPA do saneamento. Então eu preciso fazer um planejamento de saneamento. Se vocês olharem no nosso PPA, tem uma rubrica a partir da SABESP e tal o caput. Ele dá um norte para o artigo, quando você olha no parágrafo segundo, ele fala como a Francisca leu bem? O estado assegurará o correto funcionamento a operação de concessionárias sob seu controle acionário, ou seja, uma vez que você tem uma concessionária sob seu controle, você tem sim que fazer um planejamento, você tem que fazer o PPA, você tem que fazer como faz a rubrica, et cetera, et cetera. É isso que esse artigo diz. O que não pode esquecer também o artigo 47, inciso XV, da Constituição, fala que compete privativamente ao governador alienar ações de empresas públicas sob autorização da assembleia. Então, de fato, eu preciso de uma autorização, é como sabe bem quando a Constituição não fala qual tipo de lei ele quer dizer lei ordinária, se não, ele deveria falar, lei complementar. Isso está no 47, inciso XV, mas no inciso no artigo 115, inciso 21. Também fala que pode fazer, tem a palavra privatização, estatização lá, mediante autorização da assembleia. Ou seja, via lei ordinária isso tudo está posto na Constituição citou na exposição de motivos, teve todo um parecer jurídico. Enfim se olhar também as competências da união, lá no artigo 21, inciso 20, ele fala que compete à união privativamente, no aspecto normativo, dar diretrizes em relação ao saneamento,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

que veio por meio da 14026. Falando dessa lógica de desestatização que teve, ADI foi julgada improcedente no STF. Então é a lógica de desestatização. Se entendermos que na Constituição está dito que tem que ter uma empresa sob controle acionário, seria uma afronta provável a própria Constituição federal. E também a competência municipais, que podem também ter as suas empresas é a leitura sistemática que tem que fazer do nosso arcabouço normativo. É muito importante para entender e compreender o todo para além de uma leitura textual. Está só falando aqui do que estudou, debateu, discutiu muito no judiciário também tiveram mandado de segurança, foram julgados improcedentes sobre isso e em relação só para finalizar também da dos pontos da Francisca, é a discussão com a sociedade tem, como eu comentei aqui desde agosto, conversou, chamou todos os 375 municípios. Estamos por uma segunda rodada com todos eles individualmente, conversando, falando, explicando, chamando para fazer os anexos vai fazer audiência e consulta pública depois vai levar para o conselho deliberativo, que tem representação da sociedade civil, inclusive, fez a alteração para colocar representação de comunidades tradicionais, áreas rurais, até porque são áreas que está querendo chegar olhando inclusive um decreto Federal que tem sobre isso. Só depois vai fazer a operação. Então, se tem um processo que está dialogando, pode ter certeza que é esse, esteja aqui, vamos levar para o CONSEMA também vamos fazer audiência e consulta pública. A intenção que tem é deixar tudo transparente, ouvir crítica e estar aqui para isso e agradecer a participação.

Francisca - Estamos sempre à disposição para conversar. Obrigada.

Cesar – Presidente, Flavia, eu queria só fazer uma proposta, senhores, antes de passar a palavra aos senhores, eu estou aqui acompanhando hora e já estou preocupado com o andamento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

Então é uma proposição. Nós teríamos mais duas apresentações, não é? Então a minha proposta é que isso seja reagendado e seja o mais breve possível aqui para poder responder ao número máximo de questões colocadas e encerrarmos, porque eu estou vendo o rosto das pessoas já com bastante cansado, um certo sofrimento facial que está me preocupando. Então, se os senhores conselheiros concordarem, eu retiro. O lanche está bom? É, mas nem todos comeram, então acho que esses estão compostos mais carregados, senhora presidente, os senhores conselheiros, assim concordarem. Por favor, tem quem mais está inscrito?

Conselheiro não se identificou ao fazer uso da palavra - Alô, alô. Eu como, me inspirei no Fidel Castro, vou bem rápido. Boa tarde a todos, secretária. É, quero fazer alguns comentários também. Prometo não ser tão longo, mas vamos ver se eu consigo exercer a capacidade de síntese. Eu entrei na SABESP em 78, ela tinha 5 anos. Como é que a SABESP, por progrediu no estado de São Paulo, eu acompanhei porque eu trabalhava exatamente fazendo obra de emergência no interior. Ela cresceu dentro de uma modalidade ditatorial. Mas isso foi experiência da ditadura militar ou município entregava para SABESP não tinha recursos para fazer saneamento, entrar uma imposição, mas depois isso mudou com a com a redemocratização no Brasil, as coisas adquirem um outro contorno, mas o fato é a SABESP pela no início e continua sendo assim, ela teve como prioridade atender os municípios menores, o que os municípios menores têm menor capacidade para desenvolver atividade geral. Mas no caso aqui, o saneamento, mas ela também foi acampando municípios grandes não precisa elencar aqui, acho que as pessoas que conhecem os municípios que a SABESP opera os grandes, mas nos 375 que ela opera em sua maioria esmagadora, são pequenos, pequenos municípios no sentido densidade demográficos. E os



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

estudos vão mostrando que, na medida em que a SABESP foi evoluindo, o teu trabalho, aonde ela acampou é o estado. Ele foi tendo um ganho, mas não ganho ali na viabilidade do saneamento em si. Mas no saneamento para se na outra ponta, que aponta da saúde, então a redução de morte por pessoas que não tinham saneamento. Ela Foi reduzida porque passou a ter um saneamento, isso é um **mérito da SABESP nos municípios que ela opera. Eu não tenho dados comparativos, mas eu conheço bem São Paulo. Eu posso dizer para a senhora que dos 645 municípios eu devo conhecer onde eu passei neles pelo menos 450 os demais. Eu passei demais esses alguns, eu topografia, alguns, já estudei alguns, então eu conheço bem o estado de São Paulo. Modéstia à parte, e acho secretária olhando para o estado de São Paulo, olhando para os municípios, que a SABESP não opera aqui, ela poderia ter operado e pode operar, vira operar. Eu moro por uma cidade próxima a Itu, não é tão longe de Porto Feliz. Eu conheço saneamento e, aliás, eu me habilitei Itu em 77, joga um futebolzinho do Boca Júnior dito e convivo ali com o pessoal de Porto Feliz. O saneamento, nem para tomar um banho existe às vezes na cidade. Depois que jogam futebol hoje. É, eu quero dizer que a experiência e tudo, o setor. Estou com amiga do Beacon aqui do lado. Ela sabe que o pessoal, experiência do saneamento privado. Teve algumas situações que deram certo e o setor privado tem sua fatia em São Paulo e no Brasil. E está expandindo, inclusive contra a Espanha, e ela pode dizer está expandindo você que está expandindo. Mas todos os argumentos que o senhor coloca, eu já peguei a sua audiência na assembléia legislativa da senhora. Essa segunda, assim esquece que, porque eu sou emprego, esquece que eu fui presidente do sindicato esquece eu sou um consumidor da SABESP. Pegue-me por esse ângulo. Não justifica a privatização da SABESP. Não tem justificativa plausível. A SABESP precisa melhorar, óbvio,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

tudo precisa melhorar. E a SABESP é uma delas, mas uma empresa que tem de cara por uma pesquisa onde o setor público foi marginalizado no Brasil a partir de Collor, em 1989, sendo que esse mesmo setor público, responsável para criar as empresas de base para desenvolver o setor privado no Brasil desde a época de Vargas, foi marginalizado. Mas a SABESP sobreviveu. A SABESP sobreviveu a ponto e, com toda a marginalidade que chamam de elefante branco, todas essas palavras pejorativas. Tem 5354 por cento, de acordo com os dados da folha de São Paulo, da população de São Paulo, houve auferido no mês de abril. Agora o último. Então, o que justifica saber se vai ter que entrar. Parece-me que a senhora falou alguma coisa para vamos deixar tudo azeitado lá na frente. O estado assume diferente que foi feito na Europa e tal. Acho que isso é uma visão suicida aqui em geral, que as empresas estatais as que eu estudei, estudei, não são não foram poucas, foram sucateados para justificar a entrega para o setor privado. A SABESP, uma empresa eu convido a senhora fazer uma viagem, escolhe o município, vamos verificar. SABESP está universalizada. Secretária em 310 municípios tem a questão rural. Eu estou com dado antigo aqui, mas a população rural do estado de São Paulo é 4%, 45 por cento que merece sim ter saneamento. Empresa privada para fazer saneamento, primeiro estudo que ela faz não é a viabilidade social, é a viabilidade econômica. Com todo respeito, secretária, achar que o setor privado vai fazer o saneamento rural, que é preciso que faça e não vai dizer para acesso que houve incremento nos custos, nos investimentos. Mas é preciso que isso reflita na tarifa. Se o setor privado não fizer isso, ele é incompetente. Ele vai fazer e o que dizer para a senhora que eu, desde que foi criada, eu sou muito cético com as agências reguladoras no Brasil, eu acho que é uma. Tem sido uma extensão dos interesses, sobretudo privado. Eu tenho uma experiência, uma empresa aqui que eu vou inclusive processá-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

la. Uma empresa que não é um assunto, porque eu acho que eles fazem com um desrespeito o caso da SABESP, a SABESP, o gerente da SABESP, os funcionários da SABESP, as pessoas da cidade. Não precisa fazer protocolo. Para se fazer um acesso, prefeito de São José dos Campos tem acesso ao superintendente da SABESP. O prefeito da cidade de Borá ele tem acesso aos dirigentes da SABESP. Então eu queria para não me alongar muito, para não cansar os participantes. Dizer que não existe razão financeira, não existe razão econômica. Não existe razão social relacionado à saúde pública para privatizar a SABESP, a privatização da SABESP, ela está dentro de uma política de um governo que acredita que através do mercado vai resolver um problema de um monopólio natural e de uma empresa que presta um serviço. Eu posso dizer comparativamente, no Brasil de excelência, mas que precisa também ser melhorado. Claro, então não me convenceu. É a senhora é uma pessoa preparada. Já li seu currículo, obrigado?

Cesar - vamos fazer então uma rodada grupal? E fazemos uma única resposta, encerramos. Pode ser assim, senhores? Obrigado, Hein?

Amauri Pollachi - Bem, novamente representando o Observatório nacional dos direitos águas saneamento como esse é um fórum de recursos hídricos, eu gostaria. Eu vou ler um pequeno trecho de um artigo publicado dias atrás no na folha de São Paulo, assinado pelo jurista Rubens Naves. Advogado, autor de vários livros que tratam a respeito do direito no saneamento. Creio que muitos de vocês já devem ter ouvido falar. A de Rubens Naves, no mundo jurídico. É um pequeno trecho aqui que eu gostaria que fosse transcrito para ata resumida, inclusive eu solicito essa transcrição. E isso tem a ver com a questão de recursos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

hídricos, o título do artigo é privatização, elimina sinergias e ameaça segurança hídrica no estado. É muito enfático esse título e aqui no trecho final do artigo, ele diz o seguinte, a presença majoritária do estado na governança da SABESP traz sinergia na articulação com os governos municipais e com os outros poderes e prerrogativas estatais necessárias à condução do saneamento básico. A perda dessa sinergia revela-se temerária, na medida em que poderá atingir a segurança hídrica, em especial na região da grande São Paulo, onde a escassez de água para o futuro é preocupante. E os processos de outorga revelam um possível esgotamento. O acesso de uma empresa estatal aos recursos de financiamento ao fomento do saneamento básico assegura menor impacto nas tarifas. Uma empresa privada privilegiará lucro e a majoração da distribuição de dividendos, com a captação de recursos mais onerosos nas regiões metropolitanas, a preocupação com a segurança hídrica e a crise de abastecimento do passado evidencia riscos implicados no fim do controle estatal da empresa, tão estratégica. Do litoral norte com a bandeira vermelha hasteada à contaminação hídrica dos aglomerados urbanos sem coleta e tratamento de esgotos como ponto de grande vulnerabilidade, sem deixar de mencionar a catástrofe provocada pelas chuvas torrenciais de fim de ano. Situação que também demanda ação articulada de todos os poderes e unidades da federação com as mudanças climáticas. Diante dessas situações já desafiadoras e da perspectiva de significativo agravamento dos efeitos climáticos, não é hora de priorizar a busca privada por lucro nem de abrir mão de um modelo bem-sucedido, equilibrado e estrategicamente alinhado com os desafios contemporâneos como é o da SABESP. A simples indicação de que o fundo de apoio à universalização do saneamento poderá assegurar a redução tarifária não é sustentável, pois são recursos limitados diante de um plano de investimentos de longo prazo.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

Carecemos de informações em um processo menos açodado para a definição de uma política consistente que assegure por meio do controle social qualificado, saneamento para todos e um futuro social ambiental sustentável. Essas palavras de Rubens Naves são, gostaria que fossem trazidas não fosse colocadas a reflexão de todos e todas que integram este conselho, nós estamos diante de um risco enorme para sociedade. Uma aventura que se configura num passo que nós podemos dar em direção a um buraco sem fundo. Eu diria que esse processo ele falta transparência, secretária, porque o estudo do IFC fase zero só foi obtido a duras custas por a lei de acesso à informação. E ele jamais foi compartilhado e aberto para a sociedade. O valor que nele aparece de 66 bilhões, é um valor fantasioso, um valor que não tem sustentação em nada. Nesse estudo em um esquema, por uma figura que aparece a página 20 desse estudo e que é assinada como fonte BCG, Boston Consulting, grupo. Não é do IFC. Esse estudo é o estudo do BCG. E eu gerenciei programas financiados pelo banco mundial. Só que o Rui Brasil, que pode dizer a respeito o banco mundial, jamais aceitaria um contrato no modelo feito com IFC. Se eu propusesse, enquanto gestor de um programa financiado com o banco mundial, contratar uma empresa por 8 milhões de reais para ele me dizer, se a privatização é viável e se ela não me dissesse que a privatização é viável, ela receberia só os 8 milhões Se ela me dissesse que é viável, receberia 45 milhões, eu tenho certeza que o banco mundial não aprovaria assinatura num contrato dessa ordem. Portanto, eu quero dizer o seguinte, que transparência, falta e falta muito ponta transparência e falta também uma questão importante, quando fala de tarifa e a que todos nós Paulistas que aqui vivemos, nós vivenciamos a crise hídrica de 2014 /2015, nós sabemos o que foi aquele esforço em muitas regiões do estado para se garantir o mínimo de segurança para abastecimento de água para a população. Está aqui, o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

Alexandre conhece bem o embate que houve dentro do Comitê para que se garantisse o mínimo de abastecimento para a população na região cinco milhões de pessoas. Renato no vale do Paraíba. E o que foi feito nesse esforço foi muito grande. A SABESP investiu só naquela ocasião, hoje, valores atualizados que beiram cinco bilhões de reais e não discutiu a necessidade de reduzir tarifa para incentivar uma redução de consumo. Foi instituído o primeiro na região metropolitana de São Paulo. Depois, foi estendido para o estado todo, praticamente 20% de redução da tarifa. Se você reduzir em 20% no seu consumo e todo mundo foi beneficiado, isso ajudou fundamentalmente o consumo per capita na região metropolitana se reduziu muito em função de uma mudança de hábitos que houve na população naquela ocasião. Eu pergunto, a redução de tarifa, da forma como foi proposto e aprovado na assembleia. Aliás, o projeto de lei secretário, um projeto de lei frágil, muito frágil, superficial, porque fala em diretrizes, não diz que isso são questões mandatórias. Diretriz é uma diretriz não necessariamente. Eu tenho que segui-la. Não necessariamente eu posso dizer, bem, eu tive problemas outros que me impedem de seguir essa diretriz. Não foi algo mandatório. Um fundo que foi criado com recurso está sendo criado, está sendo proposto para ser criado com recursos de capital que seria transformado em despesa na transferência de recursos para a iniciativa privada manter a sua base de lucros e, inclusive, com o artigo um parágrafo colocado no texto da lei que diz, se eu tiver uma crise, leia-se o seguinte, se eu tiver uma crise hídrica como a que nós tivemos em 2014, 2015 está lá. Em caso de eventos climáticos extremos. Eu posso colocar dinheiro do fundo do meu dinheiro, do seu dinheiro, de todo mundo que está aqui nessa sala, pode colocar nesse nessa empresa privada para que ela não tenha redução de lucros. É essa a dinâmica que está colocada. Ou seja, próximo à crise hídrica. Quando ela vai



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

acontecer, nós estamos com o sistema Cantareira graças, não é a as chuvas estão com mais de 70% de preservação. Ótimo, e quando vai acontecer a próxima? Vai, pode ser ano que vem, pode ser. No ano seguinte. O que vai acontecer? Transferência de recursos do fundo para uma empresa privada não ter contabilizar redução no seu, na sua receita. Só queria destacar. Não é que é lá do Ribeira de Iguape, lá no Ribeiro de Iguape, a SABESP fez investimentos em 2000000 de reais para levar água por uma comunidade quilombola, em Itaoca. Você sabe bem que fica na divisa com o Paraná dois milhões de reais para pouco mais de 60 moradias. Quando tem retorno, isso nunca. E eu duvido muito. Qualquer empresa com o viés maximização de lucro teria isso. Por fim, isso queria de ser secretária, que o Paraná não fez alteração de prazo contratual com base em um decreto que foi revogado, mas sim com base os decretos que foram editados em julho. Porque o Paraná fez essa alteração nos contratos com os municípios da base da SANEPAR, assinado em início de outubro, portanto, na vigência dos novos decretos. E para finalizar, dizer o seguinte, que a população que hoje a necessita de saneamento básico de São Paulo não é 10 milhões, não é o estudo de FC. Infelizmente, a secretária está errada. Não sei com que base, porque como o estudo, ele não tem fonte de referência, é o BCG e o BCG. Pode ser qualquer coisa. É, não tem fonte de referência, IBGE, relatório sustentabilidade das pontes, levantamentos, outros não têm com base no relatório de sustentabilidade da SABESP, com base no IBGE 2022, tem cinco milhões de pessoas sem tratamento de esgoto na base de operação da SABESP e não é 10 milhões. Não é? Eu creio que é isso que há só para efetivamente Berlim, aliás, na França, a reestatização continua. Secretário não sabe se chegou aos ouvidos. A cidade de Lion estatizou a partir de primeiro de janeiro. Aliás, a Lion é a base onde nasceu uma das maiores empresas saneamento privadas do país, ali



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

antiga lioneses, 18, chama Violet. Então está falando de situações em que, por exemplo, Berlim, que foi obrigado a fazer a reestatização porque a população não suportava mais a péssima qualidade de serviços e não estava universalizado. Porque Berlim, após a reunificação alemã, tinha uma melhor qualidade de saneamento no lado ocidental e a uma pior no lado oriental. Por evidente, então, faltava muita coisa para ser feita em Berlim, mas a empresa de tanto cobrar população e fazer uma prestação de serviço tão deficiente, a população resolveu aprovar em plebiscito a retirada dessa empresa. E topou pagar 20% a mais na tarifa para se ver livre de uma péssima prestação de serviço não queremos que isso aconteça. Em São Paulo, obrigado.

Cesar - É doutora Alessandra. A Nara? Vamos pessoal. Não é, pediria. Eu tinha uma sugestão.

Antonio Duarte Nogueira Junior - Pode falar? Sou eu? Está OK. Bom, como eu fui citado aqui duas vezes, não é? Eu sou representante do prefeito Duarte Nogueira, de Ribeirão Preto. Minha origem está na SABESP. Sim, conheço o Rui Brasil, o conheço, Amauri a Francisca de longa data faz 10 anos que eu me desliguei da SABESP depois de 37 anos. E obviamente, eu participei dessa empresa quando ela estava no fundo do poço, em 94, e o seu é ressurgimento. Como a grande empresa do Brasil, América Latina. Quem sabe até do mundo, mas eu aqui eu tenho que falar é do meu município, que é Ribeirão Preto, Ribeirão Preto tem 700 mil habitantes, ele está universalizado. Ele é público, eu sou diretor técnico da Secretaria água e esgoto de lá. E nós temos administrado a toda a rede de produção de água, rede de água, coleta de esgoto e o nosso tratamento de esgoto lá é concessionado desde os anos 90. Faltam 10 anos para terminar lá a concessão, que vai até 2033, mas nós temos 100% de esgoto tratado de todo o coletado, pode ser até um



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

ponto fora da curva, mas nós. Nós temos uma muito boa relação com mesa que coleta e trata o esgoto. Porém, também tem muitas outras coisas a serem feitas ainda o no município, não é? Estamos universalizados. Amanhã nós vamos à quinta-feira, nós vamos assinar um que está até aqui. O Mateus não é? Que do professor Hirata, nós vamos assinar um contrato do fundo do FEHIDRO com fundo do FEHIDRO, para fazer um estudo da resiliência do Aquíferos Guarani que vai servir como modelo para todo o estado de São Paulo. Então é um contrato de dois anos onde estamos pondo dinheiro nisso. Acompanhado do recurso majoritário do FEHIDRO. Obviamente, quando você tem um sistema universalizado, têm que ter manutenção dos seus investimentos para crescimento vegetativo para substituição seus ativos. Só tem a exploração de água subterrânea é mais do que cinco m³ por segundo, outorgado em 120 postos. Mas que não sabemos a resiliência. Esse aqui fez, mas vai fazer também. Temos lá mês que vem vai sair a licitação do projeto executivo do sistema pardo e para ser implantado, eu imagino que é mais do que um bilhão e de reais a ser projetado, estruturado o seu projeto e feito a sua obra em 4 anos, então só vai entrar isso depois de 2030, 2031? Então, essa é a situação e respondendo particularmente e a Francisca me falou e eu como engenheiro civil e sanitaria, não é? E que atuei na SABESP por todos esses anos, dei consultoria e estou lá desde 2018 e Ribeirão Preto é superada todas as externalidades que existe em obras. Bem, despejando um caminhão de dinheiro, isso até é possível, mas tem que dar tudo certo porque só existem seis anos. Mogi Mirim, Castilho, Andradina, Mayrink. Eu estive à frente de todas essas parcerias. Onde a SABESP ganhou a licitação. Em 2008, eu estive no México, participando de licitação A SABESP não ganhou, mas se ela tivesse ganhado, provavelmente teria outra história. Eu fui o presenteando , participei da equipe chave na proposta lá da estação



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

de tratamento de, no México, de 43 m³ por segundo. Ficamos em primeiro lugar, mas fomos desclassificados. Por quê? A outra empresa era capitaneada pelo Carlos e Slim, ideal do México, então nós não ganhamos essa licitação, mas onde participamos aqui, nós ganhamos quase todas, então só para lembrar minha participação nessa empresa Osasco. E São Bernardo foi assumido quando estava superintendente da Oeste, superintendente da unidade sul, muito obrigado pela oportunidade.

Anderson Farias Ferreira - Bom, eu quero fazer um relato também pelo município de São José dos Campos. Não sei antes secretária, é parabenizar a sua didática, o seu conhecimento profundo isso demonstra muito segurança. O que é importante num debate tão complexo, num colegiado tão importante como esse. Não é? E também colocar esse contexto de pauta, porque um assunto como esse deveria ter sido uma pauta única ou, no máximo, é ser a pauta principal, porque não é. São muitos assuntos e muitas a ansiedade das pessoas por poder participar. E para em respeito a todos os conselheiros e ao conselho Estadual de recursos hídricos, não é? Teríamos que não restringir a manifestação. A fala das pessoas ampla possibilidade desse debate, que é fundamental. Bom, trazendo uma realidade de São José dos Campos e, com todo respeito à história, a importância da SABESP, principalmente aos seus funcionários que fizeram dela essa grande empresa, é representativa no mundo. Porém, São José dos Campos não tem tido um histórico de parceria com a SETESB. Eu diria até diz respeito à cidade de São José dos Campos. Eu vou citar algumas das coisas aqui. Primeira, não aceita a SABESP não atua na área rural de São José dos Campos. Em nada, nada desde a participar de programas de PSA o que, eu acho um contra-senso. Nós tivemos uma situação de crise por conflito de chuva no distrito, em São Francisco Xavier,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

em 2010, onde a captação de água foi é paralisada. Porque a estação de captação de água virou uma lama só. Eu estava no Ministério público e fiz toda a construção do que aconteceu lá. E a SABESP, que opera no distrito desde 1949, não tinha feito um investimento sequer na modernização e na preparação da estação de captação de água para atender o distrito de cinco mil pessoas. Quando houve a crise e paralisou o serviço, pasmem a SABESP fez os investimentos que deveria ter sido feito ao longo dos anos até para cumprir as normas ABNT e tudo o que rege a portaria ministerial no Ministério da saúde, que rege as condições para abastecimento público que não tinha feito e quis cobrar do fazendeiro onde teve a origem do problema, que foi um corte de pinus, a fazenda veio abaixo, literalmente de lama e quis cobrar do proprietário. E, quando indagada pelo Ministério público, pasmem. Novamente, ela respondeu dizendo que torcia essa que foi a expressão torcia para que alguém fizesse alguma coisa na bacia hidrográfica, para ela poder abastecer a bacia hidrográfica do Ribeirão dos Cocais. Então é, e agora nós estamos no enfrentamento que até na Câmara técnica de cobrança nós estamos nessa discussão de um reajuste do valor que a SABESP a todos os que captam água, mas principalmente a SABESP desde 2007, não tem reajuste nesse valor de captação. E ela já aumentou para dona Maria para o seu Zé. No município em 210% e é contra esse reajuste desse valor que alimenta o FEHIDRO e os municípios são 70% dos tomadores desse recurso. No FEHIDRO impede que os municípios possam tomar recursos no FEHIDRO para desempenhar melhor as suas ações e contribuir no processo da garantia da qualidade ambiental do manancial. Que ela se beneficia. E só para encerrar, nesse histórico recente após não é a grande crise de 2014, 2015, nossos reservatórios reservatório do Jaguari participaram desse esforço para melhor abastecer. A região metropolitana de São



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

Paulo colocou lá uma transposição que, dentre outras coisas, previa no seu acordo. Falado isso, eu participei como conselheiro do CONSEMA nas quatro audiências públicas que a concessionária do serviço da transposição iria participar do processo de melhoria da qualidade ambiental da bacia formadora do reservatório Jaguari. Agora, a SABESP judicializou. Isso se recusa a cumprir aquelas condicionantes que foram nessa sala aqui que foram aprovadas, dentre elas um amplo programa de restauração Florestal na bacia. Que a SABESP até hoje se recusa a fazer, então para ir agora recentemente, podem olhar no Google, é São José dos Campos está tendo a está sofrendo com a precarização do serviço, bairros e bairros sem abastecimento de água. Qualidade da água ruim ontem saiu a notícia que moradores também de Caçapava e Taubaté, reclamando da mesma coisa, não é? E até o ponto do vice-governador do presidente, André teve numa, por uma coletiva de imprensa em São José dos Campos, para explicar a precarização desses serviços oferecidos na cidade. Então só queria contextualizar isso da importância. E trazer a secretária a nossa preocupação é com relação cronologia dos eventos dessas negociações. Não é? Acompanha o sim a necessidade de uma maior transparência. Estamos entrando num período eleitoral que, para os municípios é um momento muito especial, então quando que as coisas aconteceram? Porque nós temos que levar isso em audiências públicas locais, temos que tramitar isso na Câmara municipal e num momento muito delicado para os municípios, que é o processo de eleição municipal. Obrigado.

Conselheira não se apresentou ao fazer uso da palavra - Tentarei ser breve, dado o adiantado da hora, mas inicialmente eu gostaria muito de agradecer a secretária pela oportunidade. É na última



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

reunião, nós tivemos várias falas na verdade, trazendo questionamento se até esse foi o motivo da minha propositura em relação a essa apresentação e eu acho que realmente é fundamental esse espaço de diálogo com tantas entidades, e não só acho que nessa oportunidade, mas no decorrer de todo o processo, como a senhora muito bem colocou, é certamente depois desses questionamentos, todos são preocupações extremamente legítimas. O rol de perguntas e respostas talvez fique um pouco mais ampliado. E nem sempre parte dessas respostas são tranqüilas de serem dadas. Eu acho que isso vai depender de um envolvimento muito maior de todos no decorrer desse processo. O Ministério público tem atuado talvez pela promotoria do meio ambiente da capital. Eu também vou levar realmente identificar quais são, efetivamente os colegas que estão atuando nessa questão para tentar. Também é ter um diálogo organizado e propositivo. Acho que isso é extremamente importante. E para que essa até essa participação das audiências públicas, também tenha uma voz, não é que não, não importa, não é apenas de um ou outro colega, mas que tenha uma voz institucional. Eu gostaria de dizer e ressaltar, trazendo um pouco, um olhar um pouco diferenciado. Que passado agora essa aprovação pela assembléia, nós estamos falando de um processo que não é apenas é da SEMIL ou do estado. Nós estamos no âmbito é de 375 municípios que têm uma titularidade. É em relação ao saneamento, então a participação desse processo diz respeito e tem todo o ponto de partida em cada um dos municípios e aqui nós temos diversos representantes. Começa justamente, eu sempre enfatizo, nessas reuniões, a importância dos planos. Não haverá a possibilidade de um bom contrato se o plano municipal de saneamento básico não for bem elaborado, com definição de realidades como várias que foram trazidas aqui com ações, com metas, com estratégias a serem incorporadas nesse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

contrato. No âmbito dos, sobretudo com iniciativa privada como nós atuamos com diversas empresas privadas. É simplesmente assim. Está é ou não o contrato se não está no contrato. Simplesmente, isso é objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. É a partir do momento que houver uma licitação. Eu acho que esse trabalho todo vai ser construído. E, nós temos um percurso longo pela frente. O que for inserido, OK? Se não, nós temos um desafio até 2060. Acredito que não estaremos melhor parte de nossa que digo por mim é, mas eu acho que assim é. É muito, é realmente é um desafio muito importante que tem que ser considerado e especificamente, no âmbito desse conselho, me preocupa de que forma nós vamos internalizar no âmbito desse contrato, as metas do Plano Estadual de recursos hídricos, que ainda está em elaboração e que me parece, até por esse contexto que necessariamente tem que ser acelerado, não é para trazer melhores diagnósticos, melhores ações. Não é assim como do plano de saneamento, não é? Ainda tem sido um desafio já foram identificadas algumas lacunas, como aquelas relacionadas ao saneamento rural. Existe a possibilidade, talvez de um trabalho em paralelo para a identificação e diagnóstico e definição de medidas nesse sentido. Então me parece que é muito importante uma atuação por parte desse conselho de cada um dos senhores que atuam nessas questões. Nós temos aqui CETESB, DAEE e os comitês. De que forma as metas de redução de perdas, por exemplo, dos comitês de bacias dos planos de bacias, vão ser internalizados nesses contratos com a SABESP? E eu testemunho realmente assim nos municípios que eu atuo em que essas repactuações têm acontecido, consta que realmente a nos próprios planos municipais, que isso vai ser de acordo com o contrato da SABESP. Então, assim, o município muitas vezes está abrindo mão de definir os seus rumos e delegando para o estado ou para o contrato ou para a agência reguladora tomar determinadas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

decisões. Então isso não é um problema, um problema específico da SEMIL ou do estado é um problema de cada um que está nessa sala. Então, acho que assim, a olhar crítico é, sobretudo no sentido de construir algo que seja mais factível. E enquanto a realidade é assim, de estado, nós temos uma complexidade enorme nesses 375 municípios e também nas outras rurais, onde existe região metropolitana, essa região metropolitana, a titularidade é conjunta, mas muitos dos municípios das rurais. Não, e não estão em região metropolitana. E a titularidade é exclusiva do município. Então, vejam, cada um tem nas suas mãos a possibilidade de planejar adequadamente e se esse planejamento não for bem sucedido, realmente haverá sérios problemas no próprio diálogo. No âmbito dessa governança e na internalização no âmbito dos contratos, isso no âmbito municipal, olhando para cada uma das realidades no âmbito regional, cada um dos comitês vai ter que exercer o seu trabalho de acompanhar esse processo e de verificar se há situações. As peculiaridades vão ser contempladas nesse processo ou pelo menos ter cláusulas específicas que, específicas, que garantam a observância desse planejamento regional. Nós temos o PDI, e nós temos os espaços das governanças Inter federativas nas regiões metropolitanas, que tem um recorte diferenciado, e ainda em construção, essa governança em relação às rurais. Então me parece que assim, apenas essas reuniões periódicas em que o estado chama os municípios, são uma oportunidade, mas existe a tarefa de cada um e até eu acho que isso é importante pensar em perspectiva de 2024, como é que isso vai ser? Sobretudo nessa transição que uma Nara comentou, se nós estamos com muitos municípios na verdade, já em alguns tentando reeleição, talvez com uma quantidade, mas em campanha política, outros com talvez uma transferência de gestão. Como isso vai se der? Então acho que seria muito importante. Eu acho que esta reflexão por parte de todos nós



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

em termos de encaminhamento, de pensar disso tudo que foi falado, como efetivamente pode ser desenvolvido de forma propositiva e levar todo esse conjunto de dúvida de que, de questões para realmente nós também pensarmos em cada um dos municípios e nas nossas regiões. Então, essa era as minhas sugestões. Secretária agradecendo a oportunidade até comentou, às vezes convidados falam mais do que os membros, eu me incluí um pouco nisso, mas eu agradeço a paciência de todos e agradeço, desejando a todos um bom final de ano. Obrigada.

Conselheira não se apresentou ao fazer uso da palavra - Secretária

minhas colocações são sempre bem técnicas, pontuais e rápidas, então eu vou ser bem objetiva. A primeira, o primeiro ponto que eu gostaria de levantar e também fazer uma recomendação para as próximas etapas é que aqui é um conselho, é um colegiado. E normalmente o que tem acontecido tudo que envolve a parte de recursos hídricos ou saneamento, passa pelo colegiado antes. Então é, passa pelo colegiado antes de encaminhamento para o legislativo e executivo. Tem uma recomendação que eu faço para as próximas etapas. Não é que seja feita realmente a explanação não tardia, como está acontecendo nesse caso antecipadamente. Em reuniões específicas, que pode haver manifestação, porque aqui é um colegiado tripartite, tenho a possibilidade de participação, tanto de municípios concedentes. Como sociedade civil nada acha que isso é muito saudável, é o outro ponto que eu gostaria de colocar no contexto regulatório, que gerou uma preocupação aqui. Acho que diversos pontos já foram colocados. E, diz respeito ao contexto de da modificação, é da modalidade de reconhecimento de investimentos, custos pensando um pouco no modelo regulatório atual, de revisões tarifárias para o Price cap, ou ainda que fosse Cape mais, existe uma previsibilidade regulatória que é uma



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

expectativa. Tanto da questão de sociedade civil como reguladores e também é de investidores. Essa mudança, essa quebra, quer dizer um plano de investimento de quatro anos. Ele dá uma previsibilidade e estabilidade no contexto daquilo que vai acontecer no futuro. Os investimentos, evidentemente, se não forem feitos ou não forem prudentes, eles vão ser glosados pelo regulador, mas se quebra esse mecanismo texto de fazer alguma coisa, somente anual ele tira essa metodologia regulatória de um sistema de serviços públicos. Então eu acho que isso é uma coisa importante de ser pensada é para que, de continuidade na parte da regulação, não é porque isso é fundamental para qualquer modelo de negócio que se estabeleça. Acho que demais pontos já foram todos colocados, obrigada.

Secretária Natália - Bom, vamos lá, eu notei todo. Vou começar aqui pelo. Vamos, foi o primeiro. Não sei se ele está ali, tudo bem. Bom, eu notei dois pontos aqui do que você falou, eu vou tentar. Tem tiveram alguns pontos também repetidos. Vou tentar falar junto. Eu até falei da questão da SABESP. Pega outro olhar também. Outros municípios, outros mercados. Porque de privatização. Porque, enfim, não os meus argumentos, segundo o senhor, não foram convincentes. Na sua, na sua fala e bom é o quer para saber e tem um respeito muito grande também. Corpo técnico muito qualificado é prestar serviço em mais mercados inclusive. Então, quando fala na lógica dela ser uma plataforma multinacional, que usa, esse termo é muito para conseguir hoje consolidar mais ainda a base operada e com aquela preocupação que falei, é uma preocupação de estado mesmo em relação aos municípios pequenos grandes, de compartilhamento de infraestrutura e do subsídio cruzado para conseguir manter isso e para ela conseguir também seja outros municípios via universalista que está fazendo, seja no Brasil, seja na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

América, e precisa que ela se fortaleça ainda mais para isso, e não que ela perca, não é que ela ganhe. E hoje tem um cenário de risco de fato, então tem essa preocupação olhando para SABESP também, olhando para a preservação da empresa. Tem as discussões jurídicas, tem a questão do novo Marco dos decretos, eu particularmente, não tenho dúvida em relação à questão jurídica dessa questão de prorrogação, até porque acompanhou, viu todas as discussões e é algo que está posto. Não é um cenário posto da questão dos contratos de programa. Pegando até alguns pontos que o Amauri colocou também aqui para tentar fazer uma junção. É um cenário que está posto que já passou pelo crivo do STF e que eu acho que tenho algumas discussões em determinados estados, que cria uma insegurança jurídica muito grande. Isso não é o que quer fazer, quer dar segurança jurídica para o processo mais previsibilidade. Pensar de uma forma racional, pensar a longo prazo, pensar com sustentabilidade, uma política que tudo bem, tem, está em um governo, mas precisa pensar no estado ao longo prazo. Então é, de fato, é lucrativa. Hoje, mais de novo pode sim, ficar deficitária a depender do que aconteça nos próximos anos, eu tinha notado esses dois pontos, alguns pontos que eu Amauri colocou também, até da questão da perda de sinergia, o que aconteceu em determinadas desestatizações. Ou até concessões, ou mesmo públicas, também, a depender da forma que você faça a lógica do serviço, o que não queremos. Por isso que quer consolidar o bloco da SABESP mesmo tal como está, inclusive com a perspectiva de aumento. Isso passa, sim, pela questão do financiamento que foi lido por ele. Eu já expliquei um pouco a lógica tem a ver com a questão da regulação, que eu vou explicar melhor. Acho que eu não expliquei direitinho, então vou explicar melhor como estamos pensando. É um pensamento muito de estado mesmo, não é nem tanto, porque de fato, para SABESP é melhor se você for pensar no



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

caso de receber agora a tarifa e depois fazer os investimentos. Até porque se fosse o contrário, ela não conseguiria fazer por questão da alavancagem. Por que é melhor olhar a longo prazo o plano que está fazendo é plano regional, está entrando um pouco também. No que a doutora Alexandra falou é até pelo artigo 17 das 445, que foi alterado pelo novo Marco e está construindo com os municípios o plano regional observou na particularidade de cada um. Então vai ser um plano regional de estudo, é até permitido e recomendado pelo novo Marco. Então é um plano que queremos que se atualize a cada cinco anos e, além disso, o contrato, ele também vai fazer as previsões devidas. Achamos importante, mesmo tendo esse longo prazo, olhar no aumento para ter um controle. Também melhora anual e até por questão também, certificou, entrou. Isso é um alinhamento de interesse ótimo para você fazer um investimento da perspectiva do estado. Está olhando o usuário olhando um planejamento de longo prazo, mas com um controle mais rente aqui. Anualmente, não é que só vai prever para um ano, não. Tanto que nos contratos está olhando para adiante. Está olhando o crescimento vegetativo, está olhando resiliência e, no plano regional também, a cada cinco anos, quer fazer a renovação dentro da unidade regional. Então tem ali uma série de planejamentos de médio, longo prazo, com controle mais, mas focado. Principalmente nos dois primeiros ciclos, principalmente depois, não depois, tudo bem, depois da universalização, a questão de obras, ela fica, e assim para ter uma periodicidade maior. Mas a lógica de fazer isso é para melhorar. A regulação é para melhorar o alinhamento de interesse que hoje tem principalmente tem uma que causa um problema, mas é uma dificuldade um pouco em relação à questão do investimento em si. Acabei pulando aqui algumas coisas, mas é para tinha anotado o ponto de financiamento que o Amauri tinha falado que ele também, assim como o Marcelo, falou da resiliência



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

hídrica, crescimento vegetativo. Que é isso. Não é o caso de São José tem que olhar, eu acho que o novo Marco foi muito feliz também quando colocou no princípio a universalização, com a efetiva prestação do serviço e isso não estava nas 1144 5 foram acrescentados e faz todo o sentido, porque eu tenho que chegar com a rede e fazer um investimento, mas eu não posso descuidar também aqui da renovação das infraestruturas, da perda da água e ETC etera. Então nos anexos mesmo, com os municípios, está colocando essa questão das perdas de água, da renovação de infraestrutura. É para melhorar, seja São José, seja outros lugares que está tendo um problema, já não é com a questão da infraestrutura e olhar o crescimento vegetativo não é? Então se você olhar, por exemplo, o próprio São José, que eu tinha, pegou aqui porque ele estava falando pelo senso. Hoje são 674000, está considerando 726000 pelo censo 2002 e SEADE, então são 50 e mais de 50000 pessoas, 52000 pessoas que hoje estão fora, mas precisa considerar inclusive para a questão de resiliência e crescimento vegetativo, a longo prazo pensando nisso representa no contrato de São José há um aumento de 70% nos investimentos do município. Então é isso. É uma coisa que está olhando o município, a município tem várias realidades. E sim, vemos a questão da segurança hídrica, que o Amauri levantou foi colocado aqui. Não me lembro se foi pelo Amauri também é até da crise hídrica que, de fato, foi muito, muito eficiente, muito competente, fez um trabalho de muita qualidade. Só que essa até por essa questão de investimento, de ter o seu a seu controle também por parte do estado e de ter o querendo ou não alguma limitação em relação ao investimento, você se você é olhar depois a trajetória dos próximos anos, o que fez um deslocamento de investimento, para água, principalmente na crise hídrica. E acabou que várias metas de esgoto foram postergadas e, pela crise hídrica, e era necessário,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

tudo bem e dentro das limitações, não é da SABESP prestando um serviço de qualidade. É só que o que acontece também por causa disso. A poluição por conta do esgoto, então é um encadeamento, não é? Não, não tem o que falar, então quando fala do aceleração também, inclusive de recuperar algumas metas que foram postergadas, é exatamente de recuperar. Voltando aqui para o escopo do nosso conselho, os recursos hídricos, a segurança hídrica à disponibilidade hídrica. Então isso é uma coisa que tem muita preocupação nesse projeto e é um dos pontos, tanto quando falamos em despoluição do Tietê é um foco no saneamento, principalmente aqui no alto e médio. Então eu tinha notado isso, tinha notado a questão que o Amauri falou do estudo é interessante. Eu vou explicar aqui, porque se vocês quiserem Dr. Alexandra, se quiser olhar também está na página 64, (anexo) (o) seis. Como é o contrato com IFC, que é um braço do banco mundial. E não é só com o estado de São Paulo. É assim com todos os contratos de elegibilidade que acontece isso foi na BR 116, no governo Lula. Foi ao hospital, que é uma referência de PPP. É do Jaques Wagner, foi da CELG. Privatização, que começou com a presidente Dilma. Todos esses contratos todos foram por inelegibilidade com IFC, todos eles. Devido à expertise devido a uma série de justificativas técnicas construídas desde 1945 quando foi criado o banco mundial, criou o braço aqui também estruturador de projetos. Então está instruído, tem parecer, tem um bando de coisa, e é como é que a lógica dele é por relatório, é por como, como contratos de consultoria, como é o BNDS também. Se olhar o contrato do BNDS desse jeito, você paga por produto e o produto, no caso a fase zero. Foi para uma instância de governança, que era o conselho de desestatização, que foi criado na década de 90. Existe aqui no estado de São Paulo desde então para deliberar sobre isso. Então, quem define quem aprova é ele, não é? Vai o produto, assim como vai da fase um da fase dois. Se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

olhar nesse anexo, o que ele tem? Ele tem é dois tipos de pacote lá, um completo um básico que chama, e a diferença em relação à do diligencie de RH tem lá escrito não tem nada a ver com êxito do processo, pode procurar, não tem. No contrato, eu procurei porque ele foi firmado na Secretaria de parcerias, não foi. Mas eu li e não é. Até devido às perguntas, ETC etera. Não tem nada de estão a se privatizar ou não ganha mais. Não existe isso. O que tem essa diferença do básico por completo em relação à questão de diligência que você pode fazer uma escolha ou não. Isso com base em vários contratos que já foram feitos. E não é só a lógica do IFC, é a lógica do BNDS, é a lógica, Caixa, bem banco Brasil, enfim, só porque o Amauri tinha colocado isso, e o que acontece nesses contratos de consultoria. Você tem, inclusive, previsão contratual de você trazer outro. Outros braços para te ajudar em determinados assuntos muito específicos. E sendo que a palavra final sempre é do próprio IFC, é no âmbito do produto quem delibera o conselho. Mas a palavra eu digo na relação da rede aqui de consultores do BCG, que foi comentado que está como fonte. Tem que citar como fonte, mesmo para ser transparente, ele é um desses da área econômica financeira. É da área jurídica da parte de comunicação. Tem FSB, então têm vários aqui que ajudam como suporte, até porque eu IA ser e não tenha a esperteza em tudo. Ele tem muito na coordenação e na forma de modelagem, que é o principal escopo do objeto, então não tem terceirização ou fuga de objeto, não tem. Isso é comum em processos, em projetos, em contratos como esse. Pode olhar BNDS, pode olhar todos, já trabalhou com vários. É dessa forma que funciona e eu vou falar para vocês todos os dias, está conversando, o pessoal está trabalhando muito. Produtos de muita qualidade, é lógico, pode melhorar, sempre pode, não é? Esta mo aqui para poder aprimorar, mas só explicando o que foi colocado. Então isso do contrato IFC. A questão do PL que é o Amauri colocou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

de ser frágil. Eu tenho uma preocupação muito grande assim, é uma questão que eu acho que tem no Brasil, que sempre se atentar do que tem que consultar num projeto de lei. O que tem que constar num estatuto, o que tem que constar num contrato? Muitas vezes coloca coisas em projetos de lei que são objeto de contrato, então é a lei que saiu da assembleia. Na minha visão, foi uma lei adequada. Foi uma lei que tinha o que deveria constar. Está dando as diretrizes para quê? Ela vai ser sozinha? Não, ela nem deve ser sozinha, ela tem que estar acompanhando com instrumento contratual com o instrumento do estatuto da empresa. E sim, ela pode se der diretriz, ela pode entrar, for mandatória em relação à estabilidade. Ela foi mandatória, então ela tem que tomar cuidado para não ter uma inconstitucionalidade em relação ao novo Marco que lá no artigo 10, fala o que tem que estar no contrato. Por quê? Porque é uma atribuição da união. Como eu coloquei no início, então você também não pode invadir uma competência que é dada a união, que veio por meio das 14026 tem que ter muito cuidado com essas coisas, por isso se fez pensando, olhando, vendo o que daria para colocar em um projeto de lei estadual, olhando novo Marco, olhando a Constituição federal, olhando a Constituição estadual, olhando as competências, municípios. Então, eu realmente achei bem adequado a lei bem adequada até pode ter opiniões diversas e respeita, não tem problema. O que eu acho que tem que pensar agora é isso, trabalhar bem nos contratos. E doutora, estamos fazendo muito isso muito desde agosto, até a Samanta me lembrou, passando para a terceira rodada, que é conversando município a município e todos vendo as particularidades chamando. Tem sido reuniões muito proveitosas, porque isso muitas vezes daqui não conhece a realidade local, então tem muita coisa mapeada. Mandamos para eles o que tinha mapeado. Falamos assim, olha essas obras aqui. Essa meta, essa área, e quando mandou, deixou até um campo. É,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

está faltando alguma coisa. Preenche aqui, o pessoal mandou, botou um cronograma de reuniões, sentou com eles, depois presencialmente, uns até ficou difícil, fez, combinou, enfim, é para poder bater um a um. E rodar, meta indicador depois vai mandar tudo até o final de janeiro para, sim, abrir audiência, abrir consulta e depois levar para o conselho deliberativo ainda. Então tem toda uma cadeia, um rito que vai seguir pare e passo, ai todos os dias temos trabalhado nisso. Deixa-me eu ver aqui o que mais o Amauri falou da questão de Lion, que re estatizou. Também tem a ver com aquela lógica que falei de algumas cidades em Portugal é de novo aquele negócio na França. E estatizou, também tem uma discussão em Marselha. Mais de 700 contratos por ano firmados com operadores privados, mais de 4700 tem muita realidade na França, estamos falando de mais de 36000 municípios, cada um ali tem alguns, até com 100. É muito, muito diverso. Estados Unidos da mesma forma tem vários de 10000 habitantes pequenos, com operadores privados, em Berlim de fato, teve um problema de alinhamento lá, o pessoal cravou 8%, não teve nenhum alinhamento de interesse, teve muito problema lá, dessa questão de cobrar e depois fazer. Então teve e mesmo assim, a redução da perda de água lá foi para 3%, melhorou muito e quando depois tiveram esses problemas de alinhamento de interesse re municipalizou. Depois também é quando entrou público, demitiu 10000 funcionários no público. Então, tem também essa questão, que é o que, na verdade está trabalhando contrário aqui, para reter, reter talento, reter. Estou falando do exemplo que foi dado, enfim, tem até mais pessoas para conseguir fazer mais investimentos. Bom, então nesse ponto, acho que passei aqui pelos do Amaury. O Lineu falou de crescimento vegetativo, é uma coisa que está considerando muito nos anexos, que é muito importante. Assim esse prazo até 2060, com um planejamento de médio, longo prazo e a preocupação do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

controle anual é muito importante para o estado. É muito importante para os municípios e doutora Alexandra uma coisa importante, que é que a senhora colocou aqui a nossa regulação. Ela não é, é puramente contratual. Então, o que acontece é que tem seus prós e contras de tudo nessa vida, não é? Estamos falando de uma regulação discricionária que, na verdade, quer amarrar mais coisa em contrato, só que ela, pela lógica de custo de serviço. Ela não é só o que está no contrato, então a agência tem uma regulação aqui do lado da que é chamada discricionária por meio das normas ela também ajuda muito esse tipo de regulação para o saneamento, para o gás, para determinadas infra-estruturais de rede. Então são bons porque eles te dão uma flexibilidade na execução, por isso não quisemos mudar a lógica do serviço. Colocar tudo no contrato. Então está fazendo um fortalecimento também parte de tecnologia, que precisa de recursos humanos e também colocando algumas coisas mais no contrato, porque hoje tem 375 contratos, planos municipais, como você colocou bem e plano de investimento que eles não conversam muitas vezes. Então, quando fazemos o plano regional e coloca também para ele ser atualizado de cinco em cinco anos na unidade regional e isso tem que espelhar o contrato que está fazendo essa vinculação, um contrato único, com 375 anexos, cadernos de encargo mais rígido em penalidades, por exemplo, olhando um plano regional aqui da unidade regional, então fica a governança, fica melhor, a transparência fica melhor, lógico, tem que construir bem, que é uma coisa que está indo município por município para ter essa segurança. Então, pelo artigo 17 do novo Marco, tem condição de fazer isso, não é? É lógico que esbarra nessa questão de calendário eleitoral, fogo no Brasil, de dois em dois anos. Agora também não pode parar, porque tem calendário eleitoral. Então, da nossa parte técnica, tem feito tudo de uma forma, seguindo o mesmo cronograma responsável. Alguns



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

falaram aqui em açodado, eu realmente não acho que é açodado, que está conversando muito, todos os dias com os municípios, pelo artigo 14 do novo Marco poderia simplesmente deixar os contratos. Vamos vender, poderia estar escrito isso lá no artigo, não estamos fazendo isso, estamos fazendo a forma mais difícil. Que é juntando todo mundo, vamos fazer o contrato, vamos equalizar prazo, vamos melhorar a regulação. Vamos ver a CESP. Aonde que discricionariamente ela vai atuar melhor? Até foi colocada aqui o fundo. Por que o fundo para ter uma sustentabilidade a longo prazo, isso não estava no relatório por quê. O lucro do estado nele, ele vai entrar todos os anos, todos os anos, então é uma coisa que está na lei também. O limite não é? Então colocamos isso para ter essa preocupação e sim tem uma fonte perene, que sempre entra o que mais que coloquei que o da estéril tinha falado vai trazer. Sim, sempre que precisar traz aqui, faz um calendário para o conselho também ficar mais atuante. Eu estava comentando na reunião do CONSEMA, inclusive, que vai levar lá também para poder falar. Eu acho que o pensando nos próximos anos, tentando agora, que precisamos também da integração maior dos conselhos, inclusive do conselho de recursos hídricos, com CONSEMA, com o COFEHIDRO. Então é, eu tenho essa necessidade é porque às vezes eu tento trazer. Eu sou presidente dos três, mas eu sinto essa necessidade, dos conselhos também. Conversar mais sabe? Então eu acho que tinha que fazer um calendário conjunto. Por que é meio ambiente e recursos hídricos. É um financiador desse do meio ambiente, dos recursos hídricos. Então eu acho que tinha que trabalhar num calendário assim também. De fortalecer as governanças multi níveis em conjunto, se eu puder falar dessa forma aqui. Seja, acho que pode na própria audiência mesmo, leva a participação do conselho, não é? Vamos pensar como faz isso de uma forma efetiva, deve ter esquecido alguma coisa, mas acho que vocês não estão cansados de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH**

mim. Sim, assim ficamos felizes em ter esse debate aqui em um conselho que é tão qualificado e de novo estamos à disposição, não é? Não, não só nessas fases de processo controle social que falamos. Mas aqui fora também. Aqui na Secretaria estamos à disposição, obrigada mesmo pela oportunidade e pelo espaço, por me aguentarem nessas até 2 horas da tarde. Obrigada a todos.

Cesar - Obrigado, senhora presidente. Obrigado, senhores conselheiros. Nós podemos terminar, agradecendo a todos, desejando boas festas. Boas entradas, muito trabalho e acima de tudo, muitos recursos hídricos para nós. Obrigado a todos. Boa tarde.
